

ISBN: 000-00-00000-00-0



PROJETO AMAZÔNIA 2040



CAU
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo



INSTITUTO DE
ARQUITETOS
DO BRASIL



Associação
Brasileira de
Ensino de
Arquitetura e
Urbanismo



FENEA

EVENTO
PREPARATÓRIO



CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL (CAU/BR)

CONSELHO DIRETOR

Nadia Somekh (SP)

Presidente

Daniela Pareja Garcia Sarmiento (SC)

1ª Vice-Presidente | Coordenadora da Comissão de Planejamento e Finanças (CPF)

Nilton de Lima Júnior (GO)

2ª Vice-Presidente | Coordenador da Comissão de Organização e Administração (COA)

Fabrizio Lopes Santos (AM)

Coordenador da Comissão de Ética e Disciplina (CED)

Patrícia Silva Luz de Macedo (RN)

Coordenador da Comissão de Exercício Profissional (CEP)

Valter Luís Caldana Junior (IES)

Coordenador da Comissão de Ensino e Formação (CEF)

COMISSÃO ESPECIAL DE POLÍTICA URBANA E AMBIENTAL

Coordenador

Ricardo Soares Mascarello (SE)

Coordenadora-adjunta

Alice da Silva Rodrigues Rosas (PA)

Membros

Camila Leal Costa (PB)

Giedre Ezer da Silva Maia (ES)

Joselia da Silva Alves (AC)

José Afonso Botura Portocarrero (MT)

Nikson Dias de Oliveira (RR)

INSTITUTO DOS ARQUITETOS DO BRASIL (IAB)

Maria Elisa Baptista - **Presidente**

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ARQUITETOS E URBANISTAS (FNA)

Andréa dos Santos - **Presidente**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO (ABEA)

Ana Maria Reis Goes Monteiro - **Presidente**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS ESCRITÓRIOS DE ARQUITETURA E URBANISMO (ASBEA)

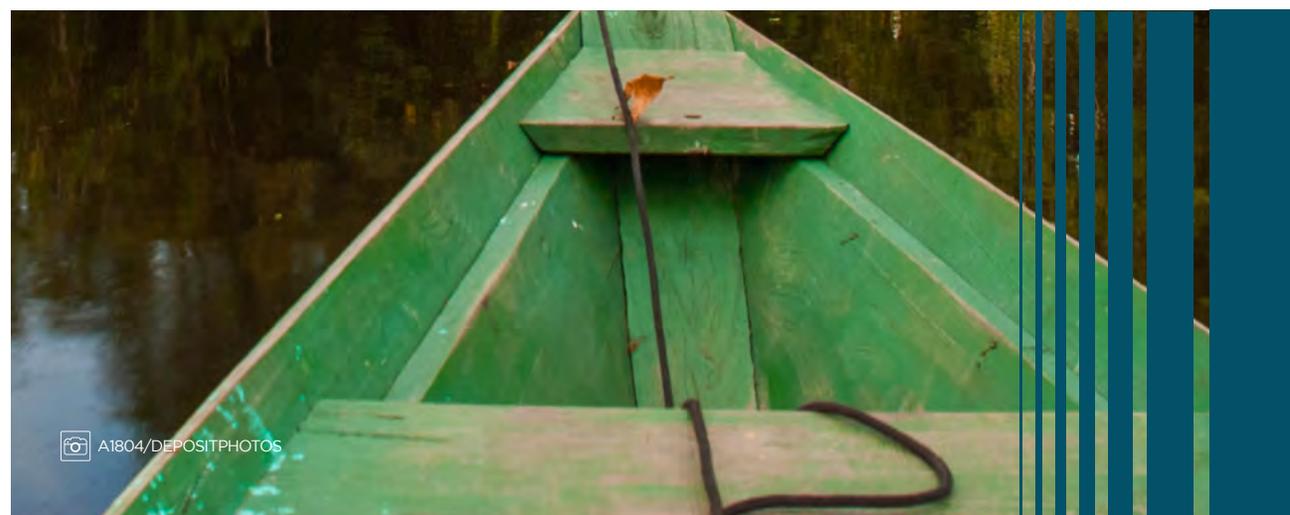
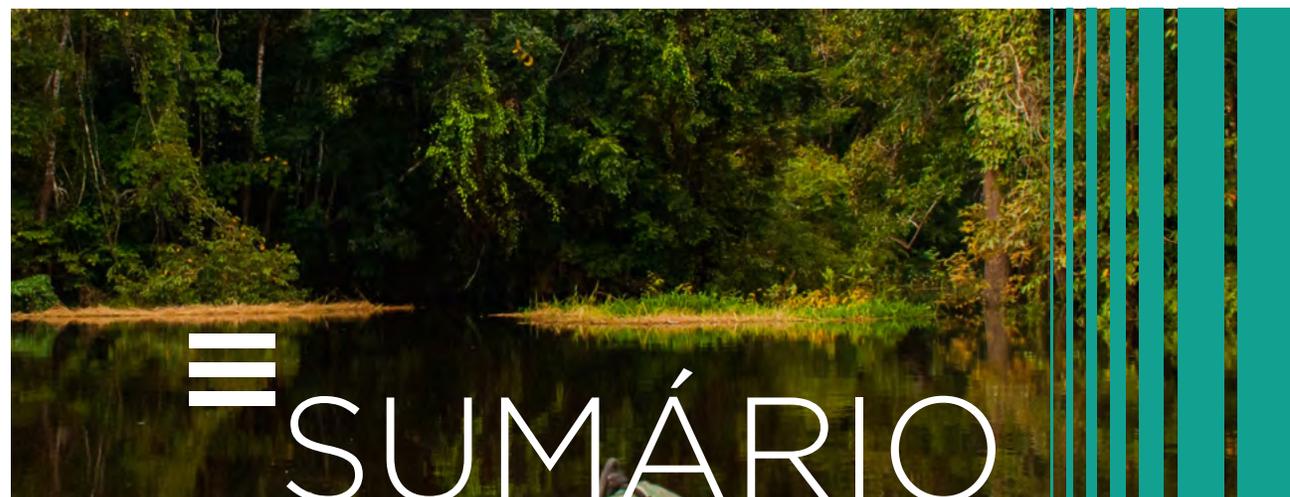
Danilo Silva Batista - **Presidente**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ARQUITETOS PAISAGISTAS (ABAP)

Alessandro Filla Rosaneli - **Presidente**

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE ARQUITETURA E URBANISMO (FENEA)

João Tegoni | Matheusa Silva - **Direção Geral**



**APRESENTAÇÃO****ABERTURA**

Arquitetura e Urbanismo para um Futuro Sustentável

**MESA 1**

Continente Amazônia: Amazonia, Paisagem, Território Brasileiro e Fronteiras

**MESA 2**

Projeto Amazônia 2040 e Lançamento do Chamamento de Boas Práticas

**MESA 3**

Realidades da Amazônia Brasileira

**MESA 4**

Nama e a arquitetura da Amazônia

**ENCERRAMENTO****CONCLUSÃO****APRESENTAÇÃO****ABERTURA**

Arquitetura e Urbanismo para um Futuro Sustentável

**MESA 1**

Continente Amazônia: Amazonia, Paisagem, Território Brasileiro e Fronteiras

**MESA 2**

Projeto Amazônia 2040 e Lançamento do Chamamento de Boas Práticas

**MESA 3**

Realidades da Amazônia Brasileira

**MESA 4**

Nama e a arquitetura da Amazônia

**ENCERRAMENTO****CONCLUSÃO****APRESENTAÇÃO****ABERTURA**

Arquitetura e Urbanismo para um Futuro Sustentável

**MESA 1**

Continente Amazônia: Amazonia, Paisagem, Território Brasileiro e Fronteiras

**MESA 2**

Projeto Amazônia 2040 e Lançamento do Chamamento de Boas Práticas

**MESA 3**

Realidades da Amazônia Brasileira

**MESA 4**

Nama e a arquitetura da Amazônia

**ENCERRAMENTO****CONCLUSÃO**



APRESENTAÇÃO

Di beatur? Cil in remo et int.



Nem fuga. Et fugitat ureped ex eos evernam eiur?

Nam et fugit officae volo mo odissimendam excaequa nem unt veri non nonsequ asperch ictur, quias moluptat et optate eossumq uidero mod quam rem fugitasinum sendenimus rerferi re, quis accus quidem fugit eum rehendum aboriaepuda qui sa porpos reicae. Resequa volor magniaectem nus erumendam quam, excepta net es dolo qui dolessu ntorem utestrum autemporem quis quatem fuga. Apicit atias del ipsam et volor simaiorum am hitam, enet modit audam quamusam atis veris acipsan denecere, iderum animent ommolorero volendi psapici pitiaandendem essit es inullupid erum id eturio. Sumenimincto blabori busaperio et, seque nat.

Di beatur? Cil in remod et int.

Et laborerit, sitionseque nim aut et aciandu citium quae pratinc ientia dolor moditat uribus nonsequi alignis cidipsa aut ut as aut andae. Alitionse landunt mil et, cus ma a eost remqui culpa sa coribus consenderspe int etur restibusam, que aut doluptaque venduscil moloratinum is as dus mi, sundestiandi consed molupti ommodi omnimusdae vel et prae occatiis dolorest, ipitam, ommolum reri re et occusti aperate voluptae vendio. Neque mosapel itiisit di volupta quodit, iusa consequi vololibust la nonsequi inctotaquia cus quas es illiberis everfer ferororum fugitatum aut maioste omni od qui abo. Nequi deseque lab ilibus pro dias ullis dolupie ntiistem fugiat ut es eos de conserum equatur?

Sed undeleni ut molorumetur ratint.

Tus es et fugiati busapisquae cupta cullupta voluptatest, optat ut utem intor seque con nensed ma excaequa peritem exerro eictemp oritate laut aboreped mi, sincto et, omnis de lis sanduntio dolo eos vidunt ut ant quam que que invendam sed et reped et acepell accatem. Ut fugia dest doluptaquae et dit, sus.

Adist untur sunt as nonsequi que non rererov itibus nis eatiur, optisciiscia sin pa et voluptatur?

Otatur simenim ea nam ius que exerspe rferis a estia sequi cuptas dollore nimodis imolore puditatis sunt.

Duntio quisseque istium volori dolupta prero molorate volorera velest, niecto vent iligend ebisqui squamus ciiscium repe quibus, verchit eiciur mintur? Ma nobis nonet anda sit, odi cus, intia corio. Et latem aut quamus re nobit est, omnimagnam solorum quateceptae ero maximusciis ex estis aut as magnim vernatur?

Eprovit quiatist in pernatur abo. Tur alibus et plici officid quiamus molupta testiumquiae nis aut des dolore earuptate nobis as eniet eum, conectatio vero et odipis nos dolorei ciusandia am, qui quam alit inimaio. Itaturio cuptas eventur, atem dolore rernam que nestior aut mil ipieturit pelent magnimus, saepudandi te cum dolupta tiatem fuga. Ande prection pari beratur? Anti optatus eat rem et alibus, sin es autatur sed qui quam fugiti cora nimodi accusam fugit volupiderum est as sequi cus alique ratur?

Me sae. Vellacedped quam aut facepre pelibus doluptatet parciisitas res niminctati ut alitio inum rero quo beaque nonsequias si am asperio nsequaturis sa simolup tassecu lparchicium idipsam re corruptatem facia et eos modi dolupta nonseque culpariatio. Omnisci picisita quia sus doloriossit optur, ipsum libusanda sinciet odia conet fugit harumende omnia nossimi nctiusci nis magnis.

Nadia Somekh

Presidente do Conselho de
Arquitetura e Urbanismo do Brasil

ABERTURA



O Seminário Amazônia 2040 foi realizado no atual Centro Cultural Palácio Rio Negro, edifício eclético de 1903 construído para ser residência particular do comerciante alemão Waldemar Scholz, considerado o “Barão da Borracha”. Projeto do arquiteto italiano Antonio Jannuzzi.

Abertura do Seminário Projeto Amazônia 2040

Mais de 200 arquitetos e urbanistas, gestores públicos, pesquisadores e estudantes estiveram reunidos no Palácio Rio Negro, em Manaus (AM), na abertura do “Seminário Projeto Amazônia 2040 – Arquitetura e Urbanismo para um Futuro Sustentável”, na manhã do dia 8 de fevereiro de 2023.

Com o objetivo de discutir soluções de sustentabilidade com foco nas cidades e nas comunidades que vivem rodeadas pela maior floresta tropical do mundo, o Seminário fez parte da construção de uma proposta dos arquitetos e urbanistas brasileiros para ser apresentada no 28º Congresso Mundial de Arquitetos (UIA-CPH2023), em Copenhague, capital da Dinamarca.



Jean Faria (presidente do CAU do Amazonas), Carlos Valente (presidente do Implurb) e Nadia Somekh (presidente do CAU/BR)

“O mundo está de olho no Brasil e a Amazônia está no centro do debate. Diante do cenário das mudanças climáticas, estamos no foco dos investimentos internacionais para descarbonização e é nossa responsabilidade como planejadores de cidades apontar caminhos para o desenvolvimento sustentável na Amazônia”, afirmou Nadia Somekh, presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, promotor do evento. “Queremos dar visibilidade à nossa Arquitetura, mostrar o que existe em termos de sustentabilidade.”

Na ocasião, o CAU Brasil assinou junto com o CAU do Amazonas e a Prefeitura de Manaus um protocolo de intenções para promover ações de desenvolvimento urbano sus-

tentável, patrimônio cultural, licenciamento urbanístico simplificado e de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS). Objetivo é que o Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Manaus (Implurb) possa contar com contribuições do CAU na área de consultoria, cursos e capacitações, visando a melhoria da qualidade de vida na cidade.

O protocolo de intenções é o resultado de um diálogo de mais de dois anos do CAU/AM com a Prefeitura de Manaus. “Esse acordo vai trazer muitas melhorias não só para os arquitetos e urbanistas daqui, mas para a cidade como um todo”, disse o presidente do CAU/AM, Jean Faria.

Para o prefeito de Manaus, David Almeida, o acordo e o evento realizados pelo CAU vão possibilitar extrair ideias para destravar a questão urbana da cidade. “As Prefeituras têm o menor recurso do bolo arrecadatório, e é nesse

cenário que temos que administrar a coleta de lixo, obras, transporte coletivo e tantas outras demandas”, disse.

O vice-governador do Amazonas, Tadeu de Souza, também esteve presente. “Manaus tem um grande passivo histórico em sua infraestrutura, principalmente por falta de planejamento. Nossa cidade nasceu desorganizada, por isso saudamos essa iniciativa dos arquitetos e urbanistas”, afirmou. O presidente do Implurb, Carlos Valente, destacou a importância do acordo para a simplificação da aprovação de projetos e para a revitalização do Centro Histórico. “Estamos buscando equação econômica para retomar programas habitacionais no Centro de Manaus. Queremos incentivar habitação e usos múltiplos do local”.

Em sua fala na abertura do evento, o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (que é arquiteto e urbanista de formação), disse ser “um prazer estar aqui na Amazônia, terra de três grandes arquitetos e urbanistas brasileiros: Severiano Porto, Milton Montes e Aarão Reis”.

Também participante da mesa de abertura, a presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Maria Elisa Baptista, destacou que, mesmo com as tragédias climáticas, é importante manter a esperança no futuro. “O porvir é o que pode vir a ser projetado pelo presente. Cabe a nós fazê-lo mais generoso e mais solidário”, afirmou a arquiteta e urbanista.

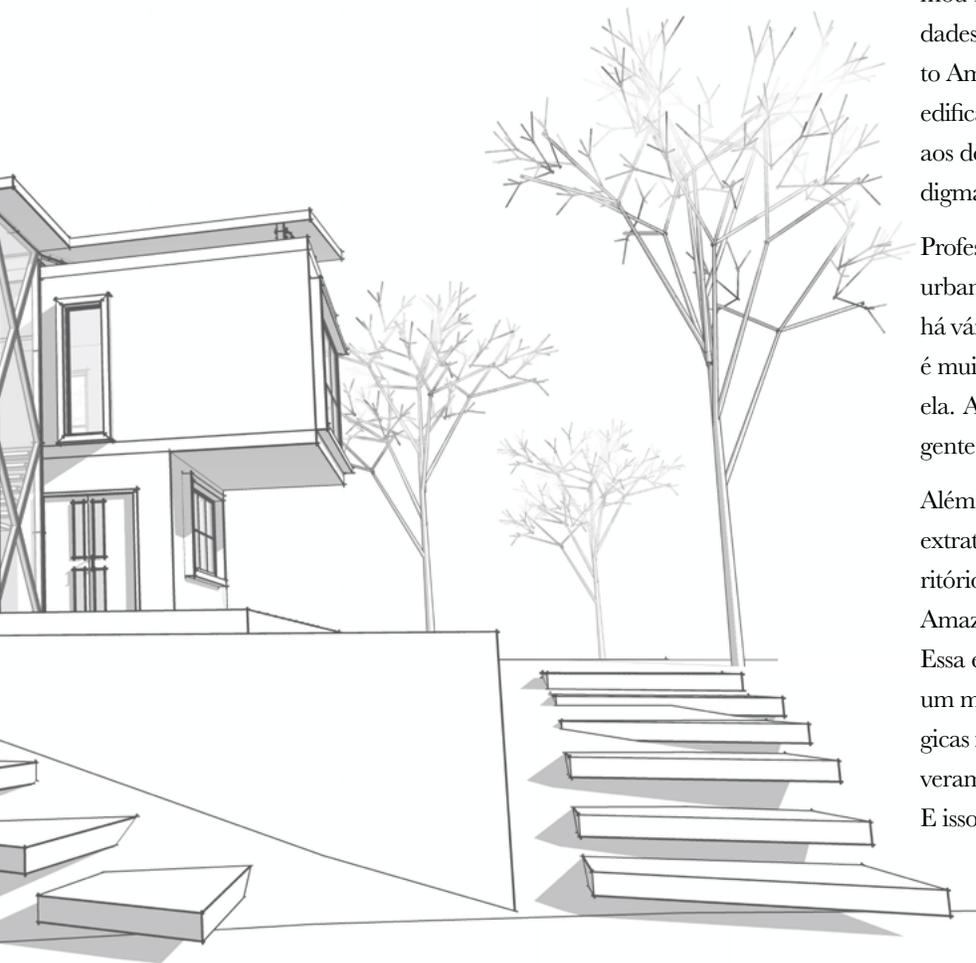
A presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Minas Gerais, Edwiges Leal, coordenadora do Fórum de Presidentes dos Estados e do Distrito Federal, falou dos esforços de arquitetos de todo o país para melhorar a prestação dos serviços de Arquitetura e Urbanismo e ampliar a contribuição social dos profissionais. Edwiges também apontou a importância de o Fórum caminhar junto com o evento Amazônia 2040, participando e compartilhando experiências e práticas. “O Brasil é continental. Os presidentes precisam conhecer as diversas realidades e abordagens territoriais. Pensar juntos, escutar e absorver o conhecimento e com isto buscar este planejamento futuro, sustentável, mais equilibrado, justo e amigável, com qualidade de vida” afirmou a presidente.

Promovido pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, o evento teve o apoio Fórum de Presidentes dos Conselhos dos Estados e do Distrito Federal e do Colegiado das Entidades Nacionais de Arquitetos e Urbanistas (CEAU), composto pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), Federação Nacional de Arquitetos e Urbanistas (FNA), Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura e Urbanismo (AsBEA), Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) e pela Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (FeNEA).



Continente Amazônia:

Amazonia, Paisagem, Território Brasileiro e Fronteiras

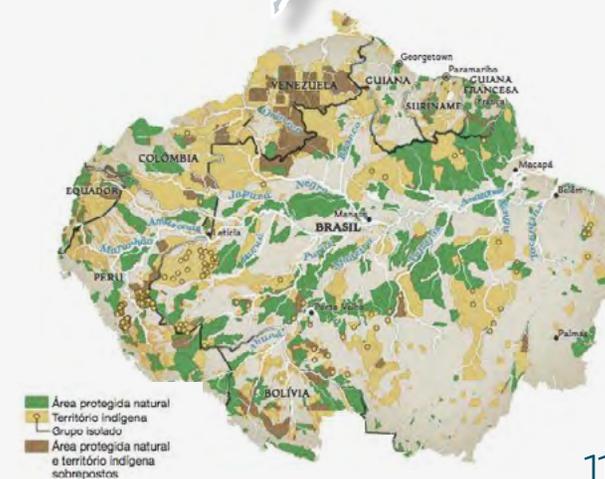


Com um total de 5.015.067,86 km², a área ocupada pelos Estados da Amazônia Legal corresponde a 58,93% do território brasileiro. É praticamente um continente dentro do Brasil, com características próprias e uma população estimada em 38 milhões de pessoas. Mediador do debate, o arquiteto Rafael Passos, vice-presidente nacional do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), destacou, na abertura da primeira mesa, que esse é “um continente marcado por uma série de desigualdades sociais, econômicas e ambientais” e afetado pelas mudanças climáticas.

“As pessoas mais pobres, as cidades mais pobres, os lugares mais pobres das cidades também são impactados de forma bem mais potente por essas desigualdades”, afirmou Passos. Segundo ele, as mudanças climáticas também afetam as pessoas, sociedades, os países e os lugares de modo diferente, destacando na importância do projeto Amazônia 2040, que tem como um dos objetivos discutir a ocupação do território, as edificações na região e a relação com o meio ambiente. Nesse contexto, ele fez uma provocação aos dois debatedores, Ana Cláudia Cardoso e Edmilson Rodrigues: “Quais são os novos paradigmas em torno desse continente amazônico?”

Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), Ana Cláudia, mestre em planejamento urbano e doutora pela Oxford Brookes University, afirmou que, quando se pensa em Amazônia há várias narrativas em disputa. “As vezes a gente não lembra que ela realmente é enorme, e que é muito bio e sócio diversa. Cada cidade aqui representada vai trazer uma narrativa”, ressaltou ela. Atualmente nove Estados compõem a Amazônia Legal, num total de 772 municípios. “A gente pensa que é um território aberto. Na verdade é um território fechado”, comentou.

Além das áreas de preservação ambiental, Ana Cláudia lembra que há terras indígenas, reservas extrativistas, assentamentos de reforma agrária, assentamentos especiais agroextrativistas e territórios quilombolas. Conforme dados do governo federal, há 424 áreas de terras indígenas na Amazônia Legal, ocupando 115.333.445 hectares, equivalente a 23% do território amazônico. Essa e outras tipologias somam cerca de 50% do território. “Ele é totalmente constituído como um mosaico, onde todas essas identidades estão presentes”. Segundo ela, as pesquisas arqueológicas mostram que os povos originários estão presentes na região há 10 mil anos. “Eles desenvolveram tecnologias que a gente ainda não conhece sobre como se relacionar com a floresta viva. E isso tem sido capaz de produzir água, ar e alimento para nós e para o planeta”.





Udam, et que dusanda nullent, ut fuga.
 Ut dolupta nonsequidunt eossit et reius.
 Officide quiscil luptur? Dis nobissit,
 incto volore poratis.

Mas desde os anos 50 do século XX, explica ela, o processo de ocupação da Amazônia tem sido feito de modo a atender interesses econômicos, com prejuízo para o meio ambiente. “Não conseguimos estabelecer uma relação mais equilibrada, assumindo a floresta viva. Ao contrário, todo mundo passou a ver a Amazônia como um local da extração de produtos naturais”. São exemplos dessa ocupação sob a égide capitalista, sem preocupação com o meio ambiente, e que priorizou a propagação de hidroelétricas, a prospecção de petróleo, a mineração e o avanço do agronegócio.

Prefeito de Belém, capital do Pará, Edmilson Rodrigues, ex-deputado federal, começou sua fala destacando que é um desafio planejar o futuro da região, que classificou de complexa. “Fala-se muito na Amazônia, no que diz respeito ao potencial hídrico. Fala-se muito da biodiversidade, muito tempo negou-se a sócio diversidade. E, desde Getúlio Vargas (1882-1954), afirmou-se uma ideia de que a Amazônia era terra sem homens, que deveria ser ocupada, integrada ao país, como se não fosse parte do Brasil, e ocupada por homens sem-terra de outras regiões. A ideia de que a Amazônia era despovoada ainda hoje é muito forte, e nós já estamos com quase 30 milhões de habitantes”, afirmou ele.

Arquiteto, urbanista e especialista em desenvolvimento de áreas amazônicas pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos UFPA, Rodrigues lembrou que Belém, com 1,5 milhão de habitantes, é uma cidade metropolitana. “80% da população amazônica, um pouco mais, vive nos núcleos urbanos, então a Amazônia é uma região urbanizada, ainda que a densidade populacional da região como um todo seja pequena, porque é uma região do continente”.



80% da população amazônica, um pouco mais, vive nos núcleos urbanos, então a Amazônia é uma região urbanizada, ainda que a densidade populacional da região como um todo seja pequena, porque é uma região do continente.

zada, ainda que a densidade populacional da região como um todo seja pequena, porque é uma região de um continente”. Segundo ele, a Amazônia é diversa e enfrenta um desafio similares ao de outras regiões do Brasil, o desafio civilizacional.

Rodrigues explicou que a urbanização brasileira gerou e expôs desigualdades regionais e intrarregionais, mas que a urbanização na Amazônia é uma urbanização cuja dinâmica nega a urbanidade. “Há um tempo atrás, se falava que eu te mando para roça como se roça fosse sinônimo de dificuldade. Então a cidade é possibilidade de futuro, mas hoje as cidades são a negação da cidadania”, avalia o prefeito, filiado ao PSOL. “Se quisermos falar de sustentabilidade urbana e sustentabilidade de Amazônia, há de se debater coisas que não podem ser resolvidas apenas com a prancheta, literalmente falando, ou uma tela de computador, com uso das tecnologias, ou mesmo AutoCAD”.

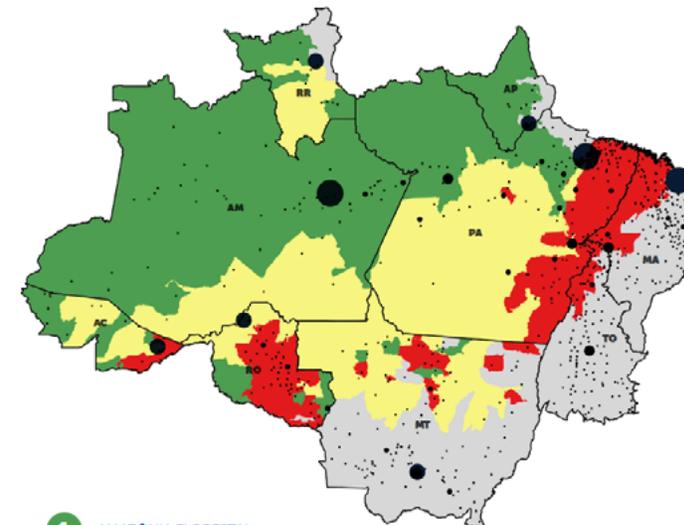
Durante o debate, quatro temas predominaram: ampliar o debate sobre a importância do trabalho dos arquitetos para pequenas cidades e municípios do interior da

Amazônia Legal, ainda muito restrito às capitais dos Estados; maior inclusão de temas relacionados à sustentabilidade na formação de arquitetos e urbanistas; pensar a urbanização da Amazônia da partir das características e peculiaridades da região; e necessidade de que as políticas públicas nacionais levem em contas as especificidades regionais, tanto na definição dos projetos de moradia e urbanização quanto na escolha dos materiais que serão usados no processo de construção.

Um dos participantes lembrou que quando se fala em sustentabilidade relacionada ao urbanismo na Amazônia, o tema é muito mais difícil porque chove muito na região e, portanto, não se trata apenas de plantar ou preservar árvores. Além de pensar na drenagem de água, é preciso também mostrar para os gestores públicos que o trabalho dos arquitetos e urbanistas vai além de desenhar casas e inclui todo o processo de planejamento, integrando a construção ao bairro e a cidade onde a obra será executada. Nesse sentido, segundo uma das participantes do evento, seria importante convidar gestores municipais para participar desse tipo de discussão. Assim como em outras partes do Brasil, na Amazônia também há muitas construções feitas em participação de arquitetos e engenheiros, o que coloca em risco a vida das pessoas.

Primeiro a responder aos questionamentos, Rodrigues destacou que a troca de conhecimento é um caminho de duas mãos. “Não temos a pretensão de saber fazer sozinho, isolado. Mesmo em área onde nós tenhamos muito conhecimento, às vezes uma ajuda de fora pode ser positiva”, afirmou. Às vezes, explicou o prefeito, uma instituição que está centrada e que tem aporte financeiro para realizar uma ação pode antecipar um caminho de solução, e as vezes uma universidade mesmo não vai

Proposta das Cinco Amazônia's



- 1 AMAZONIA FLORESTAL
- 2 AMAZONIA FLORESTAL SOB PRESSÃO
- 3 AMAZONIA DESMATADA
- 4 AMAZONIA NÃO FLORESTAL (CERRADO)
- 5 AMAZONIA URBANA



Udam, et que dusanda nullent, ut fuga. Ut dolupta nonsequidunt eossit et reius. Officidde quisil luptur? Dis nobissit, incto volore poratis.

conseguir, por melhor que sejam os quadros técnicos.

Ontem, complementou Rodrigues, “recebi a página de um jornal falava sobre um projeto de arquitetura urbana para Belém, feito pelo Instituto Escolhas, que já trabalhou em áreas de São Paulo, e nos procurou querendo contribuir. E contribuíram sem pedir um centavo por meio de um estudo que prova que Belém, com 1 milhão e meio de habitantes pode produzir alimento através da agricultura urbana, nas suas ilhas para 1 milhão e 900 mil pessoas. Nós vamos ter que fazer. Essa contribuição foi importante”.

Segundo ele, há um conhecimento, que pode ser de al-



guém de Minas, de São Paulo, que pode ajudar. “Não vejo problema nisso. Não significa uma imposição de conhecimento ou de soluções a nós, mas soluções de experiências, de conhecimentos, que possam somar, porque nós somos urbanos”. Rodrigues citou como exemplo a questão da mobilidade urbana. “Se eu quero, por exemplo, ônibus elétricos, não me envergonho de ver experiências europeias, estadunidenses, canadenses, brasileiras, em São José dos Campos. Se lá tem, está funcionando? Como é o abastecimento? Funciona bem? E quando dá prego e para de funcionar? Como é a manutenção? Isso são conhecimentos”.

Rodrigues também disse ser favorável as mudanças nos cursos de arquitetura, levando em conta também as especificidades regionais. “A cidade não é só concreto. Os prédios só servem se são para as pessoas que vão ali trabalhar ou morar. E porque, então, não se aprofunda, na formação dos arquitetos, na possibilidade de uma base científica mais apurada”, afirmou. Segundo ele, havia um certo preconceito no uso da madeira, do seu reaproveitamento. “A madeira, no entanto, de reflorestamento, ou mesmo manejo das florestas naturais, permite o uso da maneira sem dor de consciência. O futuro da Amazônia depende de se apropriar do conhecimento existente e considerar as diferenças no território, e buscar as soluções feitas a partir da nossa interação”.

Ana Cláudia, por sua vez, afirmou, ao responder os questionamentos, fazer arquitetura é também entender para quem o profissional está trabalhando. “Eu tenho aí a necessidade de resistir a um mercado muito conservador, que já tem suas formas de trabalhar. Então há uma pressão sobre quem está nos órgãos públicos para reestabelecer aquilo que já está colocado”. Mas, complementa ela, “sabemos que a máquina pública já está... como é que a gente pode dizer? Programada para operar segundo certos protocolos, que são aqueles que a burocracia já conhece”.

Segundo ela, os professores dos cursos de arquitetura e urbanismo dos Estados da Amazônia não podem deixar de dizer para os estudantes que no Amazonas, por exemplo, 80% da população é não branca, no Pará é 60%. “Isso significa outras cosmovisões, outras formas de viver e produzir, que a gente precisa considerar, e a gente precisa incorporar isso. Então, a maneira de a gente fazer cidade, aqui, não pode ser como em outros locais, com a expansão perpétua. Manaus precisa entender que ela é uma cidade com uma responsabilidade gigantesca desse estado. Ela precisa dialogar com o meio ambiente de uma outra maneira”.

É preciso, segundo ela, aproveitar a criatividade e essa conectividade que a inclusão digital oferece. “Nós não tínhamos isso quando eu era estudante nos anos 80, e vocês tem isso hoje. E a gente tem todo mundo aqui em uma rede querendo intercambiar. A Alemanha, a Dinamarca, todo mundo aqui quer e torce por nós, mas nós precisamos saber em que termos a gente pode estabelecer o fluxo disso, porque não pode impedir que quem mora na floresta possa cortar uma árvore que já está em um ciclo

“

Se é o povo que paga, o povo tem que ser ouvido. O urbanismo participativo é de fundamental importância. E o urbanismo participativo na Amazônia também, para que o projeto seja efetivamente um projeto adequado para as realidades amazônicas.

”



de maturidade tal, e assim, é hora de cortar, para fazer a manutenção da sua casa. Não posso pedir isso, porque vou matar essas pessoas”.

Nesse sentido, Ana Cláudia defendeu que é preciso aproveitar o conhecimento que já existe, buscando oferecer soluções inovadoras de arquitetura e urbanismo na Amazônia e também em outras regiões do Brasil. “Essa é uma agenda que é interesse de geral. Precisamos de apoio, de recursos, de conhecimento. A gente está aí com uma força tarefa de estudantes de todos os níveis, de graduação, de mestrado, doutorado, muita gente precisando ter com o que se ocupar, de buscar soluções inovadoras e criativas”, ressaltou. Segundo ela, esse processo precisa ser feito de maneira colaborativa e com a participação da sociedade.

“Se é o povo que paga, o povo tem que ser ouvido. O urbanismo participativo é de fundamental importância. E o urbanismo participativo na Amazônia também, para que o projeto seja efetivamente um projeto adequado para as realidades amazônicas”, complementou Rodrigues. Ao finalizar os debates, Rafael Passos reforçou a ideia de uma Amazônia urbana, mas ressaltou que o conceito de urbano precisa ser muito debatido. “Como vocês colocaram, a gente precisa de novos paradigmas, eu diria assim, que a gente precisa, então, reflorestar esse desenvolvimento da Amazônia, reflorestar, planejar, tanto no projeto urbano, que é do urbanismo, as cabeças, as culturas, reflorestar as cidades, reflorestar esse pensar”, concluiu.



MODERADOR



Rafael Passos - Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2007). Atuou como consultor do Centro de Estudos e Planificação do Ambiente (CEPA) de 2008 a 2010. Atuou como colaborador em Projetos de Arquitetura e Urbanismo no Escritório Jacovas Arquitetos Associados (2010/2014). Mestrando em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR-UFRGS (2020/2022). Presidente no Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento RS - Gestão 2020/2022 e arquiteto do Ano 2019 pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento Rio de Janeiro. Responsável Técnico no escritório Mãos Arquitetura. É vice-presidente nacional do IAB.

PALESTRANTES



Ana Cláudia Cardoso - PhD em Arquitetura pela Oxford Brookes University do Reino Unido (2002), mestrado em Planejamento Urbano pela UnB (1994) e graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA (1990), onde é professora titular. Membro do corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFPA) e do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFPA). Participou da gestão do Governo do Pará (2007-2009). Foi docente na UFRN (2009-2011) e professora visitante na École de Urbanisme de Paris (2017), além de diretora da ANPUR (2015-2017) e da ANPARQ (2020).

 APRESENTAÇÃO



Edmilson Rodrigues - Atual prefeito de Belém (PA), é graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (1982). Tem mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pela Universidade Federal do Pará (1995) e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2010). Ex-deputado federal e deputado estadual pelo PSOL, tem experiência na área de Planejamento Urbano e Regional, com ênfase em Política Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia, Belém, planejamento urbano, autonomia municipal e democracia participativa.

 APRESENTAÇÃO





Abertura do Seminário Amazônia 2040



Prefeito de Manaus David Almeida



Vice-governador do Amazonas Tadeu de Souza



Edwiges Leal (presidente do CAU Minas Gerais e coordenadora do Fórum de Presidentes)



Participantes



Mesa 1



Rafael Passos, Ana Cláudia Cardoso e Edmilson Rodrigues



Maria Elisa Baptista, presidente do IAB



Edmilson Rodrigues



Edmilson Rodrigues e Nadia Somekh



Participantes



Ana Cláudia Cardoso



Edmilson Rodrigues, Ana Cláudia Cardoso e Rafael Passos



Rafael Passos



Participantes



Participantes



Participantes



Participantes



Na primeira fila, Fabrício Santos (conselheiro do CAU/BR pelo Amazonas), Nadia Somekh (presidente do CAU/BR), Guivaldo D'Alexandria Baptista (conselheiro do CAU/BR pela Bahia) e Maria Elisa Baptista (presidente do IAB)



Arquitetos Claudemir José de Andrade (secretário de Administração e Finanças de Manaus), Bianca Moro (Universidade Federal do Amapá) e Humberto Andrade Cruz (conselheiro do CAU/BR pelo AP)



Neila Janes (vice-presidente do CAU Mato Grosso do Sul), João Augusto Albuquerque Soares (presidente do CAU Mato Grosso do Sul), Daniela Sarmiento (1ª. vice-presidente do CAU/BR), Nadia Somekh (presidente do CAU/BR), Edwiges Leal (presidente do CAU Minas Gerais e coordenadora do Fórum de Presidentes) e conselheiros federais Marcelo Rodrigues (Maranhão) e Cristina Barreiros (Rondônia)



MESA

Inaugurado em 1896, o Teatro Amazonas, é o cartão-postal do centro de Manaus. De estilo renascentista, é um dos marcos arquitetônicos que deu a cidade, no ciclo da exploração da borracha, a fama de Paris dos Trópicos. Projeto do Gabinete Português de Engenharia e Arquitetura.

Projeto Amazônia 2040 e Lançamento do Chamamento de Boas Práticas



É preciso criar e colocar em prática instrumentos que conectem a política ambiental à política urbana, afirmou o arquiteto e urbanista Thomaz Ramalho, durante a segunda mesa do Seminário Projeto Amazônia 2040. “A nossa política ambiental e a nossa política urbana nunca conversaram direito”, comentou Ramalho, assessor-técnico sênior da Cooperação Técnica Alemã, a GIZ, no Projeto de Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil. O tema da mesa 2 foi “Projeto Amazônia 2040 e Lançamento do Chamamento de Boas Práticas”.

Ao apresentar o Projeto ANDUS, Ramalho falou que essa conexão estimula não apenas o desenvolvimento urbano sustentável, mas também permite a criação de redes de aprendizagem e a disseminação de conhecimento. O ANDUS é um projeto de cooperação técnica executado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional e Ministério do Meio Ambiente em parceria com o Ministério Alemão do Meio Ambiente, Proteção da Natureza e Segurança Nuclear, apoiado pelo Ministério Alemão do Interior para Construção e Pátria e implementado por meio da Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

Segundo ele, o projeto teve a preocupação de incluir municípios com diferentes perfis. “Vejam que tem município de dez mil habitantes, que é Amajari, na fronteira com a Venezuela, mas também uma grande metrópole, que é Manaus”, comentou Ramalho. Na região da Amazônia Legal também estão incluídas no projeto os municípios de Cametá, cidade ribeirinha no rio Tocantins e local histórico que tem uma população de mais de 100 mil habitantes e Tomé-Açu, menor e com cerca de 50 mil. “Tivemos municípios de diversos tamanhos. Foi um processo muito interessante”.

“Isso representou para a gente um universo rico, porque a gente pôde testar e aprender, e também envolver esses municípios que têm diversos tamanhos e realidades distintas, todos eles na Amazônia”, destacou Ramalho, complementando que as cidades da Amazônia também puderam interagir com municípios do Brasil inteiro. “A gente se preocupou, na mentoria, em ter municípios de todos os biomas, vai do Pampa, em São Nicolau (RS), a Caatinga, em Sobral (CE).



DENNIS JARVIS

Um dos resultados do Projeto ANDUS foi o apoio na elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), que teve como subproduto os Objetivos de Desenvolvimento Urbano Sustentável (ODUS). “Tivemos conferências, uma nacional e várias regionais, em todas as macrorregiões”, afirmou Ramalho. Outro resultado relevante, segundo ele, foi a criação da Rede de Desenvolvimento Urbano Sustentável (REDUS). “É uma plataforma online para facilitar processos corporativos”. Ele destacou ainda a importância dos diversos institutos relacionados ao planejamento urbano criados em diferentes municípios brasileiros.

“É muito importante investir nisso que a gente considera que são os guardiões do planejamento e do desenvolvimento urbano no longo prazo. Não é por acaso que Curitiba (PR), que é o nosso grande exemplo de desenvolvimento urbano sustentável, tenha o IPPUC desde 1967”, disse. “Não sabemos qual é a secretaria do IPPUC, se é desenvolvimento urbano, se é meio ambiente e habitação, se é urbanismo e habitação. Mas sabemos que o IPPUC está lá, independentemente de prefeito. E tem essa importância histórica de ser o guardião a longo prazo”, complementou.

A troca de conhecimento e as experiências de cada município podem contribuir para conectar as políticas ambiental e urbana. Segundo Ramalho, há instrumentos legais que permitem fazer essa aproximação. “Queremos conectar aquilo que diz o zoneamento ecológico e econômico com o macrozoneamento municipal, porque é do município a prerrogativa de planejar todo o território, inclusive fazer o macrozoneamento rural nas áreas naturais. Por isso, afirmou “é tão importante a gente apoiar Belém

e apoiar Manaus nos seus planos diretores, porque você também está apoiando a floresta em pé na hora em que você apoia a retomada do centro de Manaus”.

Para planejar a Amazônia, ressaltou ele, tem que entender que, muitas vezes, como no caso de Roraima, 80% do território já não está sob o domínio, ou é terra indígena ou vai ser unidade de conservação. “E aí sobra, às vezes, muito pouco. Isso às vezes tem que levar a gente a ser inovador nas políticas públicas. Por exemplo, em Alto Alegre, em Roraima, eles fizeram uma lei para utilizar a outorga onerosa de alteração de uso para conversão de fazenda em chácara, porque eles têm muito pouca área agrícola”, afirmou Ramalho, lembrando que, em muitos casos, o “chacreamento é o primeiro passo para aquele loteamento irregular, que não está conectado à malha urbana”.



“A gente precisa entender isso e isso precisa ser remunerado. Essa floresta em pé, em que Manaus está macrozoneando uma área de preservação, tem que ser remunerada por quem está consumindo essa água.”

Ramalho comentou ainda que um terço da economia da região está no triângulo Brasília, Buenos Aires (Argentina) e São Paulo. “De onde vem essa água? Essa água vem dos rios aéreos. A floresta em pé traz essa água, ela faz essa evapotranspiração”. Ao finalizar sua fala, ele reforçou que há uma interdependência entre os biomas e as soluções em cada bioma vão ser diferentes. “A gente precisa entender isso e isso precisa ser remunerado. Essa floresta em pé, em que Manaus está é uma área de preservação, tem que ser remunerada por quem está consumindo essa água”, defendeu. Para ele, o planejamento urbano deve ser adaptado ao contexto do território. “Não adianta soluções que não estejam adaptadas àquele contexto do território”, concluiu.

O presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Manaus (AM), Claudemir José Andrade, segundo a falar, destacou que cidade é, de fato, uma cidade-estado, onde 55% de toda a população urbana do Amazonas está concentrada. “Nós temos 95% a 98% da economia gerada no Amazonas centralizada aqui. E toda essa potencialidade está concentrada em um pouco mais de 3,5% do território no município de Manaus”, afirmou. Segundo ele, isso traz uma pressão de infraestrutura, de melhores moradias, de melhor transporte, melhor saneamento, água, saúde, educação. “Esse é o desafio de toda administração pública municipal, que aqui vem com suas particularidades regionais. As nossas diferenças com as outras regiões são altíssimas”.



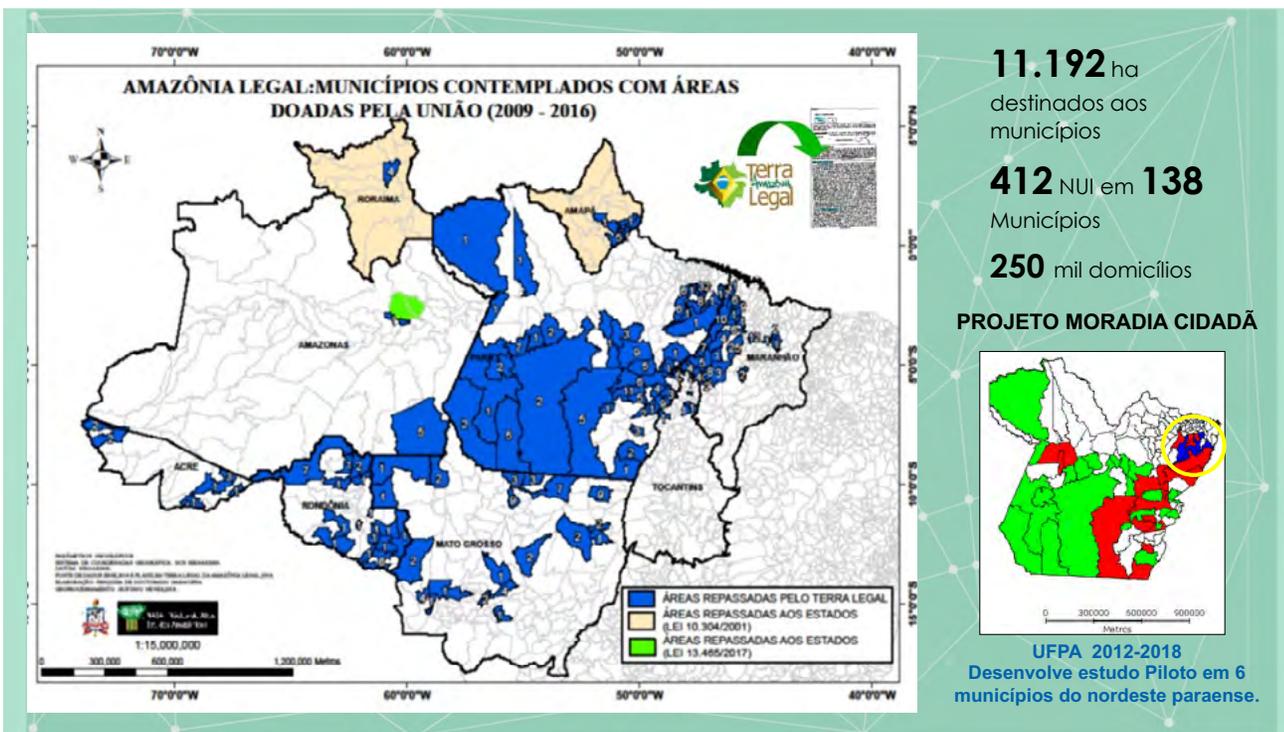
Mas o centro de Manaus, disse, não é tão diferente de outros centros históricos. “As dificuldades que a gente passa são as mesmas, é um vazio urbano durante a noite, principalmente. Durante o dia, é um formigueiro de pessoas em função do comércio e serviços, bastante ativos, mas à noite é praticamente um deserto, ligado à questão da insegurança e tudo o mais”, afirmou, acrescentando que a administração municipal está trabalhando no resgate do patrimônio histórico e cultural dessa área. Andrade dividiu sua apresentação com Pedro Paulo Cordeiro, diretor de Planejamento Urbano do Instituto Municipal de Planejamento Urbano (IMPLURB) de Manaus.

Cordeiro lembrou que o centro de Manaus, como qualquer centro histórico, passou por um esvaziamento, iniciado com a saída de moradores, depois do pró-

prio Poder Público e, por último das grandes lojas. Com o projeto de revitalização, afirmou, “a ideia é exatamente trazer a habitação de volta ao centro. Só a habitação? Não, a habitação e novos negócios, ora pela questão de inovação tecnológica, porque já existe uma lei do Polo Digital de Manaus, que é nessa área central, mas também na questão do turismo sustentável e outras vertentes”. Segundo ele, o projeto inclui também o resgate da ancestralidade indígena no processo de formação da cidade.

“Quando se fala centro, pelo menos aqui em Manaus, nós não podemos esquecer que a nossa cidade se formou através de uma aldeia, foi um aldeamento. Foi algo planejado? Não foi. A questão de ocupação da nossa cidade surge a partir daí. Não tem como esquecer essa questão indígena”, afirmou. Segundo ele, o problema da região central de Manaus não se resume só a obras. “Mas também à questão de um plano de médio a longo prazo. Nós temos que adotar medidas de curto, médio e longo prazo. Uma revitalização de área central não acontece num passe de mágica, nós precisamos de dez a 20 anos, no mínimo”, argumentou Cordeiro.

Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA), a arquiteta Myriam Cardoso, chamou a atenção para o fato de dez universidades da Amazônia atuarem em parceria com o governo federal em projetos e ações na área de desenvolvimento urbano. Hoje, disse ela, o programa é uma continuidade dos estudos e das ações que a universidade vem desenvolvendo desde 2012. “Passamos por diferentes transições, mudanças de equipe e muita produção e debate sobre os temas regularização fundiária, prevenção de conflitos e me-



lhorias habitacionais. Aqui eu estou representando uma equipe, que hoje reúne em torno de 91 alunos, professores e colaboradores”.

Ela lembrou que o processo de ocupação e formação das cidades tem relação com o direito à moradia e à cidadania. Após citar que em torno de 70% a 80% do território da Amazônia é rotulado de ocupações irregulares, informais, clandestinas para as políticas urbanas, ela destacou que quando se trata de políticas fiscais, tributárias, entre outras, “todas essas pessoas que produzem, que vivem nesses espaços, são visíveis, tributáveis e contribuem para a produção da cidade dita formal”. Nesse sentido, afirmou, “a gente precisa muito aprender com quem produz esse tipo de construção, para que a gente possa auxiliá-los nesse sentido, com nosso conhecimento técnico, de alguma forma contribuindo para a transformação socioambiental desses espaços”.

Considerando o tratamento desigual para as políticas urbanísticas e para as políticas fiscais, comentou Myriam, fica a pergunta: regularizar para quê e para quem? “Não podemos esquecer que todo marco normativo que temos hoje veio depois das cidades já consolidadas. Precisa ter muita calma nessa compreensão, porque muitas dessas legislações foram produzidas para regular o mercado econômico, e não para atender às necessidades dessa população que a gente quer atender com a política de regularização e assistência técnica, em especial as famílias de baixa renda”.

É para esse público, continuou a professora, que pesquisadores estão se debruçando na universidade para pensar uma política de regularização e assistência que possa atender essa população, sem perder de vista que os arquitetos e urbanistas, ao trabalharem, também precisam receber. “E aí, como pode se criar perspectivas e possibilidades de trabalho nesse contexto? E de que forma essa política pública pode se articular com uma rede de profissionais que tenham interesse em trabalhar nesse campo de atuação?”, questiona ela. “A regularização virou um campo de trabalho, que era dominado pela área do Direito, pelos advogados, mas a legislação de 2009 ampliou as dimensões trabalhadas, exigindo um foco especial nas dimensões urbanísticas e ambientais”.

Mas, segundo ela, é preciso compreender que o ambiente também precisa ser olhado na sua relação socioambiental, porque existe, especialmente na Amazônia, uma diversidade de culturas instaladas. “Aqui a gente observa que esse campo de atuação exige o domínio sobre tecnologias de geoprocessamento e essa análise articulada com os aspectos jurídicos e ambientais”, comenta. No entanto, afirma, Myriam, é preocupante o fato, especialmente na Amazônia, de que o projeto urbanístico não esteja sendo feita pelo profissional da arquitetura e do urbanismo, mas por outros profissionais. Paraphrasing Gilson Paranhos, ex-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, ela disse que “todo mundo faz a cidade, menos o arquiteto e o urbanista”.

Hoje, explicou ela, há uma metodologia pautada na orientação das diferentes estratégias de regularização. “Porque tem hora que nós vamos trabalhar somente com a certidão de regularização, mas tem momentos em que a gente vai precisar fazer o projeto de adequação viária, ou o plano



urbanístico de manutenção ou de remanejamento, ou o estudo técnico ambiental”, comentou Myriam. Na área de intervenção da universidade no processo de regularização fundiária, afirma, “nós passamos a articular essa discussão do desenvolvimento socioambiental”, estimulando ainda o diálogo com a comunidade e os moradores.

Após o moderador, Ricardo Mascarello Soares abrir o debate para perguntas dos participantes, os comentários ficaram centrados nas questões da regularização, parcerias fora do Brasil, importância de experiências urbanísticas de outras regiões e desenvolvimento de soluções pensadas para as cidades da Região Amazônica. “Mas o importante é a gente pensar como a natureza funciona, tentar observá-la e adaptar essa legislação localmente. E adaptar a técnica às condições locais”, finalizou o coordenador da Comissão de Política Urbana e Ambiental do CAU/BR.

MODERADOR



Ricardo Soares Mascarello - coordenador da Comissão de Política Urbana e Ambiental do CAU/BR. Com mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005) e graduação em arquitetura e urbanismo pela Universidade do Vale dos Sinos (1995), foi Secretário Municipal da Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura de Aracaju (SE) e diretor do Programa Aracaju Inteligente, Humana e Criativa. Atualmente é arquiteto e urbanista na Empresa de Desenvolvimento Socioespacial Economia Urbana, professor da Faculdade FANESE, conselheiro federal do CAU/BR por Sergipe e, ainda, organizador atuante em pesquisas urbanas com o Projeto Traço Urbano.

PALESTRANTES



Thomaz Ramalho - arquiteto e urbanista graduado na Itália, é assessor-técnico sênior da Cooperação Técnica Alemã, a GIZ, no Projeto de Apoio à Agenda Nacional de Desenvolvimento Urbano Sustentável no Brasil. Foi oficial internacional de Gestão de Programas do Escritório Regional para África, do ONU-Habitat, baseado em Maputo, Moçambique.

 APRESENTAÇÃO



Claudemir José Andrade - arquiteto e urbanista pelo Centro Universitário Luterano de Manaus (AM), integra o quadro técnico do Instituto Municipal de Planejamento Urbano, órgão da Prefeitura de Manaus, onde exerce o cargo de vice-presidente. É presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e foi diretor de Transportes Urbanos do Instituto Municipal de Mobilidade Urbana, em Manaus.

 APRESENTAÇÃO



Myriam Cardoso - arquiteta e urbanista, tem doutorado em ciências e mestrado em engenharia civil, ambos pela Universidade Federal do Pará (UFPA), onde é professora. Especialista em planejamento urbano integrado (2006) e gestão governamental (2995) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em segurança do trabalho (199) pela Universidade da Amazônia. Especialista em tecnologia aplicada e regulamentação fundiária.

 APRESENTAÇÃO



Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém/PA



Edmilson Rodrigues, prefeito de Belém/PA; Claudemir José Andrade, secretário de Administração e Finanças de Manaus/AM; Tadeu de Souza, vice-governador do Amazonas; David Almeida, prefeito de Manaus/AM; Myrian Cardoso, coordenadora da Rede Amazônia; e Ricardo Mascarello, coordenador da CPUA/CAU Brasil



Ricardo Mascarello, coordenador da CPUA/CAU Brasil



Pedro Paulo Cordeiro, diretor de Planejamento Urbano do Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Manaus (IMPLURB); e Ricardo Mascarello, coordenador da CPUA/CAU Brasil



Legenda foto

Participantes



Thomaz Ramalho, arquiteto e urbanista da agência de cooperação GIZ; e Claudemir José Andrade, secretário de Administração e Finanças de Manaus



Myrian Cardoso, coordenadora da Rede Amazônia; e Ricardo Mascarello, coordenador da CPUA/CAU Brasil



Thomaz Ramalho, arquiteto e urbanista da agência de cooperação GIZ; e Claudemir José Andrade, secretário de Administração e Finanças de Manaus; Myrian Cardoso, coordenadora da Rede Amazônia; e Ricardo Mascarello, coordenador da CPUA/CAU Brasil



Tadeu de Souza, vice-governador do Amazonas; David Almeida, prefeito de Manaus/AM; Nadia Somekh, presidente do CAU Brasil

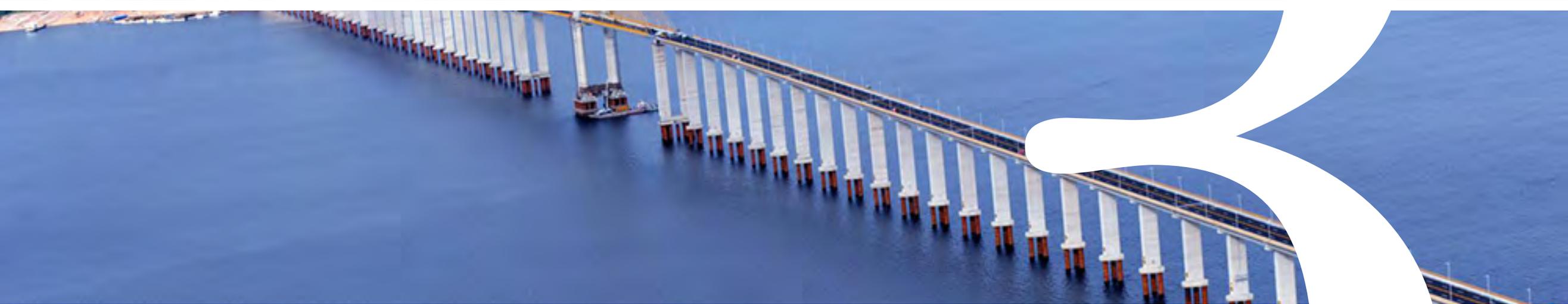


Participantes



Membros da mesa





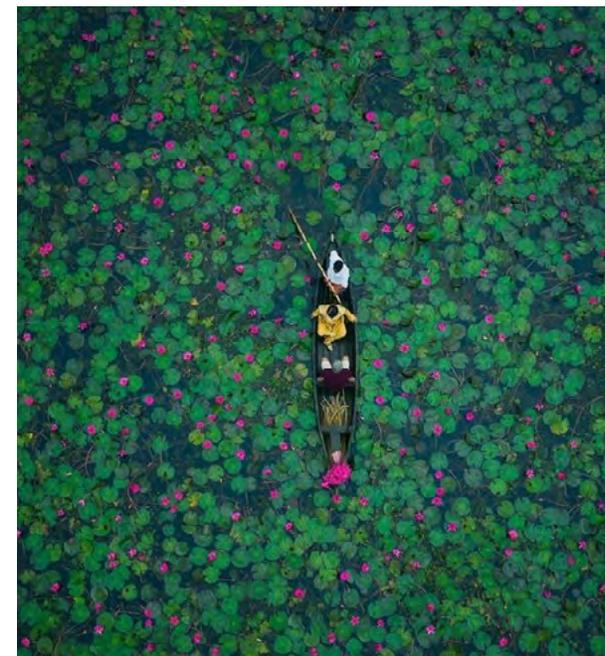
MESA

Inaugurada no dia 24 de outubro de 2011, a Ponte Rio Negro liga a cidade de Manaus ao município de Iranduba. Em 2017, recebeu o nome do jornalista e empresário brasileiro Phelippe Daou. Tem 3 595 metros de extensão.

Realidades da Amazônia Brasileira

Quase 2.000 km separam as cidades de Macapá, capital do Amapá, e Porto Velho, capital de Rondônia, dois dos Estados localizados na Amazônia Legal, mas, assim como em Boa Vista, capital do Acre, todos na região Norte do Brasil, o processo de urbanização dessas cidades apresentou características distintas quando se pensa em moradias para as populações mais vulneráveis, aquelas com menor renda. Com uma população estimada de 522 mil moradores, Macapá tem mais de 100 mil pessoas morando nas ressacas, também conhecidas como favelas da Amazônia, conforme explicou a professora Bianca Moro, da Universidade Federal do Amapá, autora do livro “Habitação Popular na Amazônia, o Caso das Ressacas na Cidade de Macapá”.

Bianca, doutora em urbanismo pela Universidade Autônoma do México, foi a primeira palestrante da mesa “Realidades da Amazonia Brasileira”, a terceira do Seminário Projeto Amazonia 40. “As ressacas são as áreas que toda área de várzea do delta do Amazonas que sofrem influência tanto da água da chuva quanto do movimento do Rio Amazonas. Mas com o tempo, essas áreas, elas acabavam também sendo sinônimos de favela, então ressaca é favela lá no Macapá”, afirmou ela, lembrado que o Amapá é o único Estado brasileiro que não tem acesso por rodovia. Para chegar ao local os visitantes têm apenas duas opções: barco ou avião.



Professora do Centro Universitário Aparício Carvalho (FIMCA), Carla Tames falou sobre a realidade Rondônia, com uma população estimada de 1,8 milhão de pessoas, das quais cerca de 540 mil em Porto Velho. “Nós somos um grupo de trabalho interdisciplinar, onde estão arquitetos, urbanistas, engenheiros e geólogos que trabalham juntos e que estamos ligados a instituições de educação privadas e públicas”, explicou Carla, coordenadora do curso de arquitetura e urbanismo da FIMCA. “Nossas pesquisas são sobre a implementação de projetos de desenvolvimento urbano que sejam sustentáveis e que promover a inclusão social, considerando as peculiaridades da nossa região”.

Josélia Alves, professora da Universidade Federal do Acre e conselheira federal do CAU/BR, representando

o Acre, apresentou uma pesquisa baseada na sua tese de doutorado, com foco no processo de urbanização de Boa Vista, capital do Estado. Ela mostrou os diferentes impactos sobre o meio ambiente, como a degradação dos recursos hídricos, a devastação de ecossistema, devido ao lançamento do lixo e esgoto, o padrão de ocupação urbana e a falta de controle sobre o uso do solo. “Os problemas ambientais não atingem da mesma forma todo o espaço urbano. Eles atingem muito mais os espaços físicos ocupados por grupos sociais menos favorecidos. O conflito que envolve essa população de baixa renda que habitam áreas de risco, ou abertamente frágil, configura uma situação duplamente desastrosa”, comentou.



“Temos a responsabilidade profissional de trazer esse conhecimento, com o objetivo de melhorar a vida das pessoas, melhorar a qualidade de vida, sempre dentro dessa perspectiva da proteção do ambiente.”

Moderador do debate, o arquiteto Fabrício Lopes, membro da Comissão de Relações Institucionais do CAU/BR, destacou que, enquanto profissionais de arquitetura e urbanismo, “temos a responsabilidade profissional de trazer esse conhecimento, com o objetivo de melhorar a vida das pessoas, melhorar a qualidade de vida, sempre dentro dessa perspectiva da proteção do ambiente”. Dessa maneira, afirmou, será possível de uma parcela de contribuição para a melhoria das cidades, da vida das pessoas, não só do nosso Brasil, mas para a sociedade do mundo todo.

Bianca iniciou sua exposição lembrado que nasceu no Amapá e pesquisa as ressacas há 20 anos. “Minha vida, grande parte da minha vida, é pesquisando as favelas aqui da Amazônia”. Como discutido nas duas primeiras mesas do seminário, Bianca lembrou que existem diferentes concepções de Amazônia. “Nós temos uma Amazônia que são áreas indígenas, com Amazônia que são selvas, uma selva de difícil acesso; uma Amazônia que é promessa de desenvolvimento, feita pelas suas estradas, pela sustentação mineral, e uma Amazônia urbana”. E as ressacas está localizadas exatamente nessa área urbana, cuja preservação já estava prevista em estudos dos anos 1960.

A pesquisa realizada por Bianca, base para o livro sobre ressacas, analisa os assentamentos precários da cidade de Macapá, com foco na exclusão social e nas configurações urbanas que as cidades brasileiras e latino-americanas têm adquirido. As casas construídas nas ressacas são do tipo palafitas, sem planejamento e em áreas apropriadas de forma ilegal, mas sem disputa de território. “Ao contrário de muitos lugares do Brasil, não tem disputa de território, se você quiser construir uma casa na ressaca, é só você chegar lá e construir”, afirmou, complementando que, durante suas pesquisas, várias casas foram construídas nas ressacas onde foi feito o estudo.

Tecnicamente, as ressacas são classificadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) como favelas e assentamentos precários. Segundo Bianca, a transformação do Amapá de território para uma Estado, através da Constituição Federal de 1988, e a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, em 1991, foram os principais eventos que colaboraram para o aumento populacional do Estado e para a expansão da malha urbana de Macapá provocada por um considerável contingente de migrantes que aportaram as cidades de Macapá e Santana, principalmente. “Essa promessa de desenvolvimento vai levar muitas pessoas da região amazônica, especialmente do interior do Amapá e do interior do Pará a migrarem para Macapá”.

Bianca concentrou seu estudo de caso em quatro ressacas: Pacoval, Beirol, Chico Dias e Lagoa dos Índios, a partir de uma lista inicial de 25 área. “Escolhi três ressacas, inicialmente, que representam o universo, de acordo com a consolidação. A ressaca mais consolidada é a do Beirol, que depois fui ver coincidiu com a criação da zona de



livre comércio da Macapá e Santana. O Pacoval é uma ressaca que tem uma parte alagada e outra área está aterrada. A Chico Dias é uma área que não estava aterrada, estava alagada. Então, são três níveis de consolidações diferentes. A Lagoa dos Índios é uma de imenso interesse econômico imobiliário, porque há alguns anos começaram a surgir condomínios de luxo em torno dessa área”.



A maior parte da população que habita essa área de ressaca, disse Bianca, são do próprio interior do Amapá, e em segundo do Pará. “Então, por exemplo, na Chico Dias, que é a área mais alagada que eu encontrei, que a população morava há cerca de dois anos, no máximo, era uma população muito recente, 40% originária do Pará, já no Pacoval, 34% vieram do Pará e no Beirol, 31%”, comentou ela.

Em relação a qualidade das habitações, explicou Bianca, são áreas muito degradadas, de palafita, mas, paradoxalmente, classificadas como boa pelos moradores. “São áreas em que as pessoas não têm carteira assinada, economia informal, mas esse detalhe dos deslocamentos e acessibilidade demonstra que uma das maiores razões para eles viverem nessas áreas é o tempo de deslocamento para o trabalho, para a escola, para a padaria. É muito rápido, então um dos maiores motivos para eles viverem nessas ressacas é a localização, mobilidade e acessibilidade das pessoas.

Infelizmente, disse Bianca, nas áreas de ressaca, a mobilização social na situação comunitária é muito baixa. “É uma situação diferente dos outros lugares do Brasil, porque o Brasil tem essa tradição que é conhecida internacionalmente, da luta dos movimentos urbanos. O que a gente tem feito a respeito disso, dessas áreas de ressaca, na universidade? Nós temos trabalhado no ensino, na pesquisa e na extensão, eu criei um projeto de extensão chamado Planejando com a Comunidade, que a gente leva os alunos para essas áreas, e eles fazem diagnóstico e criam cenários para essas áreas de ressaca”. A pesquisa dela foi dividida em quatro dimensões, a territorial, econômica, social e política.

Carla Tames começou sua palestra dizendo que a Amazônia Legal são terras onde viajam águas barrentas, negras e claras, nas quais vive a esperança. No grupo interdisciplinar em que atua, “a gente não quer que fique somente nos estudos, na pesquisa, a gente quer o resultado, quer fazer acontecer, então é preciso realmente desse grupo interdisciplinar. Os nossos objetivos são difundir esses estudos e pesquisa em projetos de extensão”. Segundo ela, é preciso ter um olhar muito amplo sobre todos

os aspectos quando se pensa em Amazônia. São questões ambientais, sociais, econômicos e culturais. “Esses fatores não podem ser deixados de lado. Não tem como fazermos uma pesquisa e querer trabalhar somente uma vertente. Ele tem que ser analisado como um todo”.

A implementação de projetos de desenvolvimento urbano que sejam sustentáveis e que promover a inclusão social devem ainda, segundo ela, “considerar as peculiaridades da nossa região, nesse caso eu falo diretamente de Rondônia, porque nós estamos falando da Amazônia legal, que temos nove estados, e a nossa pesquisa está imersa em Rondônia”. O trabalho realizado pelo grupo de Carla considera cinco eixos de atuação. O primeiro, explicou ela, é fomentar a criação de políticas públicas e programas de habitação social que priorizem a construção de moradias adequadas e acessíveis para as comunidades mais vulneráveis, garantindo a inclusão social.

O segundo eixo de atuação é a incorporação de arquitetura e urbanismo tradicional das comunidades indi-

genas e ribeirinhas na Amazônia, em projetos de desenvolvimento urbano, com o objetivo de promover a identidade cultural e fortalecer o pertencimento. Outro eixo de atuação é a pesquisa e desenvolvimento de tecnologias e técnicas de construção sustentáveis. O quarto é criação de programas de capacitação de treinamento para arquitetos urbanistas e profissionais da construção. E o quinto eixo, é promover parcerias entre governos, universidades, organizações não governamentais e as comunidades globais. “A gente acredita e sabemos que esse trabalho não pode ser feito sem ouvi-los, tem que ser participativo”, justificou.

Na época do seminário havia oito trabalhos em andamento, cada um num estágio diferente. Entre os temas pesquisados, Carla citou regularização fundiária, conexões cidades pelas águas, educação ambiental, hidrovias e mobilidade fluvial, infraestruturas das comunidades ribeirinhas do rio Madeira, arquitetura ribeirinha e melhoria do ambiente de trabalho para as mulheres nos canteiros de obras. No caso da pesquisa sobre regularização fundiária, ela disse que o trabalho não corre só em áreas particulares. “Grande parte dos nossos municípios está em áreas da União, cuja regularização não aconteceu ainda. O grupo de pesquisa entra justamente fazendo um levantamento cadastral para identificar essas áreas”.

No caso do projeto Igarapés Urbanos, “nós tentamos direcionar o trabalho dos nossos alunos pela questão da mobilidade, da habitação, e principalmente da recuperação da paisagem dessas áreas”. Carla lembra que Porto Velho tem, de uma ponta a outra, 850 km e a mobilidade se dá principalmente por meio do rio Madeira, o que levou a criação do projeto Conexão Cidades pelas

Águas. Por meio do Centro Educacional Ambiental, diz ela, o projeto busca ouvir as comunidades. No caso dos projetos envolvendo os ribeirinhos, moradores que vivem nas margens dos rios, um dos objetivos é trabalhar temas ligados à mobilidade, resíduos sólidos e saneamento básico.

“Também desenvolvemos um selo para identificar obras que tenham ambientes mais saudáveis para trabalho das mulheres. Já que na nossa região temos mulheres trabalhando dentro de obras em acabamentos e em todas as áreas, mas em geral nos acabamentos. Queremos realmente que esses ambientes sejam mais saudáveis, mais seguros, que exista respeito”, explicou ela, sobre o projeto desenvolvido em parceria com o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia. Outro projeto, ainda em fase de captação de recursos, tem como objetivo pintar a fachada de 165 casas. “Queremos levar dignidade, alegria, respeito e, principalmente, pertencimento por meio das cores”.

Josélia Alves destacou, na sua apresentação, como o processo de urbanização afetou os rios e os igarapés (curso d’água amazônico constituído por um braço longo de rio ou canal), trabalho desenvolvido a partir de sua tese de doutorado. “O processo de urbanização gera diferentes impactos sobre o meio ambiente, como a degradação dos recursos hídricos e a devastação do ecossistema, devido ao lançamento do lixo e esgoto, o padrão de ocupação e a falta de controle sobre o uso do solo. Os problemas ambientais não atingem da mesma forma todo o espaço urbano. Eles atingem muito mais os espaços físicos ocupados por grupos sociais menos favorecidos”, explicou.



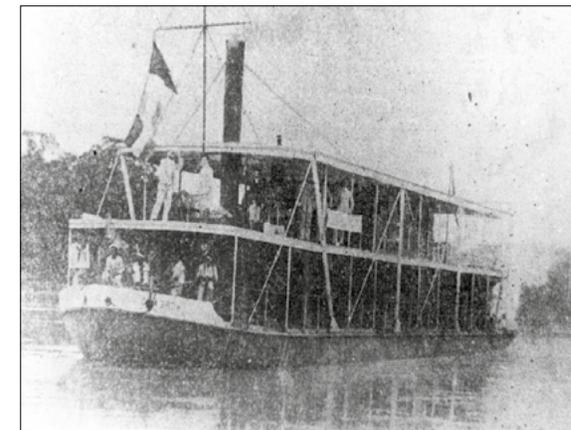
Segundo ela, o conflito que envolve essa população de baixa renda que habita áreas de risco, ou abertamente frágil, configura uma situação duplamente desastrosa. “Esses grupos sociais, muitas vezes, correm risco de vida, colocando em risco a própria saúde, porque vive sem segurança de posse, sem acesso à moradia digna e aos serviços e equipamentos públicos e comunitários”. Além disso, afirmou, a ocupação discriminada dessas áreas frágeis promove agressão ambiental de sistemas que são vitais para a reprodução social, como são as águas e os rios e córregos. Neste cenário complexo, disse ela, sua pesquisa aborda a questão a partir da relação entre riscos e vulnerabilidades.

Na América Latina, segundo Josélia, o termo vulnerabilidade tem sido cada vez mais utilizados pelos grupos acadêmicos e entidades governamentais preocupados com mudanças ambientais, as mudanças climáticas, e a sustentabilidade. “O tipo de vulnerabilidade mais mencionada é aquela relacionada com a perda de bens, moradias, inundações, escassez de água potável, falta de saneamento básico, circunstâncias que configuradas, facilitam a proliferação de doenças de veiculação hídrica”, explicou. Segundo ela, não é só a problemática da população, mas a problemática também dos ambientes, dessas áreas, que são frágeis, do ponto de vista ambiental.

Já o risco, afirmou, é a probabilidade de perigo, geralmente como ameaça física para o homem ou para o meio ambiente. “Riscos ambientais, por sua vez, são decorrentes de processos naturais, agravados pela atividade humana e a ocupação do território. E a vulnerabilidade? A vulnerabilidade é a exposição aos riscos, associada a capacidade de pessoas e dos lugares de lidar com esses riscos, e aí é onde a gente entra com o conceito de resiliência”. Já vulnerabilidade socioambiental, segundo Josélia, “seria a coexistência ou sobreposição espacial dessas populações muito pobres, com alta privação, que é o que constitui a vulnerabilidade social, e as áreas de risco e degradação, que vão constituir a vulnerabilidade ambiental”.

Para Josélia, todos esses pontos são importantes. “Os estudos sobre a Amazônia quase sempre privilegiam a natureza, pouco se estuda e se fala sobre suas cidades. Que bom que nós estamos começando a mudar isso, já em vários momentos que a gente teve, mas na verdade, a questão da Amazônia, e conseqüentemente das cidades, não são discutidas relacionada as questões ambientais, como se elas não fossem importantes, ou mesmo não existisse. Mesmo as agências, organismos governamentais, eles não tratam essa questão, não tratam a Amazônia como uma questão urbana, não tratam o problema ambiental da Amazônia como uma questão urbana”.

Mas, segundo ela, não se pode falar de cidade na Amazônia sem falar da floresta e da água. “Quando o rio era rua, as cidades da Amazônia, assim como outras, surgiram ao longo dos rios, igarapés, e no caso da Amazônia, é uma questão de necessidade”, afirmou Josélia, esclarecendo que foi dessa relação que tirou nome de sua tese e do livro resultante dela: Quando a rua vira rio: vulnerabilidade socioambiental urbana. “Antes os rios viravam ruas, depois as ruas viraram rios, com as inundações, com as enchentes, então é essa a brincadeira que eu fiz”, detalhou. Assim como outros pesquisadores, ela reforçou que não se pode falar apenas de uma Amazônia.



“ Não é uma Amazônia. Nós somos a Amazônia. A gente tem diversas Amazônias. E no caso específico sobre as águas, eu queria ressaltar que no Acre, diferente de Rondônia, diferente de Manaus, diferente do Pará, os rios são pequenos, prevalecem os igarapés. Mesmo assim, não se enganem, esses rios pequenos, na época da cheia, se transformam, a ponto de igarapés com seis metros chegarem a 185 metros de largura. ”

“Não é uma Amazônia. Nós somos a Amazônia. A gente tem diversas Amazônias. E no caso específico sobre as águas, eu queria ressaltar que no Acre, diferente de Rondônia, diferente de Manaus, diferente do Pará, os rios são pequenos, prevalecem os igarapés. Mesmo assim, não se enganem, esses rios pequenos, na época da cheia, se transformam, a ponto de igarapés com seis metros chegarem a 185 metros de largura”, comentou Josélia, acrescentando que igarapé é um termo indígena, que quer dizer caminho de canoa. “Mas quando a gente vai estudar essa questão dos rios, aquela coisa, não dá para ter uma atuação local, focal, quando se trata de ambiente, e principalmente de rios, eles não respeitam fronteiras, não tem... acaba aqui e o rio acaba ali”.

Nesse contexto, explicou Josélia, não deveria ter barreira entre o planejamento urbano e o planejamento ambiental. “Na verdade, pouco importa se teve a legislação, porque a gente nunca conseguiu isso, recuperar e proteger esses igarapés, a despeito de ter a legislação. Então, como falar de cidade sustentáveis sem incluir tudo isso? Medidas de controle de enchentes, gente, tem estruturais e não estruturais, intensivas e extensivas. O que tem predominado? As intensivas, canalização, retificação, desvio do canal, que isso é como se tivesse chovido no molhado, não resolve muita coisa”, afirmou.

Ao citar obras de urbanização em Rio Branco, que reúne medida nas áreas de habitação, saneamento, regularização fundiária e assistência social, Josélia destacou a dificuldade no intercâmbio do que está sendo feito. As não estruturais são sistema de alerta, plano de zoneamento, o próprio plano diretor, seguro e educação ambiental. E nas extensivas tem a contenção de encosta, captação de água de chuva, as áreas verdes, pisos drenantes, reuso de água, todos estão com medidas de controle de inundações. “São as obras inacabadas em igarapés. Começaram em 2008, e até agora, 2023, não encerraram, não acabaram”, finalizou.





MODERADOR



Fabrício Lopes - arquiteto e urbanista formado pelo Centro Universitário do Norte (2008), ex-conselheiro estadual do CAU Amazonas (2018-2020) e atual conselheiro federal titular do CAU/BR, representante do Amazonas, Coordenador da Comissão de Ética e Disciplina e membro da Comissão Especial de Relações Institucionais do CAU/BR. Especialista master em arquitetura comercial pelo IPOG (2012). Atua como profissional no mercado, empresário e sócio da Santos Damasceno Arquitetos Escritório e associados.

PALESTRANTES



Josélia Alves - arquiteta e urbanista, professora associada a IV Universidade Federal do Acre. Possui doutorado em geografia pela Universidade Federal Fluminense (2012), mestrado em urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998) e graduação em arquitetura e urbanismo. Integrante do Conselho Municipal de Urbanismo da prefeitura municipal de Rio Branco (AC). Conselheira federal titular pelo Acre do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), membro da Comissão de Política Urbana e Ambiental.

 APRESENTAÇÃO



Bianca Moro - doutora em urbanismo pela Universidade Autónoma do México, mestrado na área de habitação e urbanismo pela Architectural Association Graduation School em Londres. É arquiteta e urbanista pela Universidade da Amazônia, professora na Universidade Federal do Amapá. Autora do livro Habitação Popular na Amazônia, o Caso das Ressacas na Cidade de Macapá.

 APRESENTAÇÃO



Carla Tames - arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Mato Grosso e especialista em design de mobiliário pelo Instituto Europeu de Design (IED). Especialista em perícias de edificação urbana pela FARO, especialista em metodologia de ensino superior pelo Centro Universitário São Lucas e professora do curso de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário Aparício Carvalho (FIMCA). Sócia proprietária do escritório de arquitetura Carla Tames e Arquitetos Associados.

 APRESENTAÇÃO





Mesa 3



Conselheiro Fabrício Santos (AM) e Bianca Moro, pesquisadora dos territórios das ressacas em Macapá/AP



Carla Tames, integrante do grupo de trabalho Conexões Rondônia



Josélia Alves, autora do livro "Quando a rua vira rio" e conselheira do CAU Brasil (AC)



Participantes



Bianca Moro, pesquisadora dos territórios das ressacas em Macapá/AP



Participantes



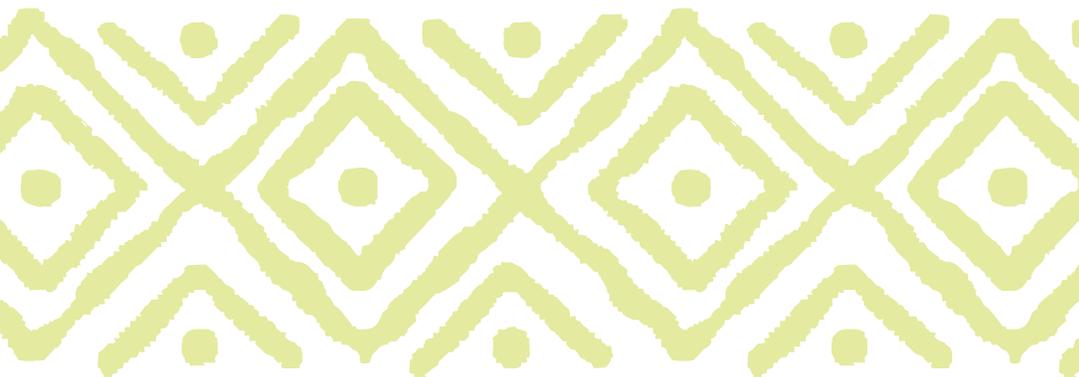
Carla Tames, integrante do grupo de trabalho Conexões Rondônia; e Josélia Alves, autora do livro "Quando a rua vira rio" e conselheira do CAU Brasil (AC)



Heloísa Diniz de Rezende, presidente do CAU/SE



Conselheiro Fabrício Santos (AM); Bianca Moro, pesquisadora dos territórios das ressacas em Macapá/AP; Carla Tames, integrante do grupo de trabalho Conexões Rondônia; Josélia Alves, autora do livro "Quando a rua vira rio" e conselheira do CAU Brasil (AC)





MESA

Nama e a arquitetura da Amazônia



Criado em 2016, o Núcleo Arquitetura Moderna na Amazônia (NAMA), ligado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), foi o ponto de ligação das duas últimas palestras do Seminário Projeto Amazônia 2040 – Arquitetura e Urbanismo para um Futuro Sustentável. Falando sobre o papel da arquitetura na preservação da região os professores Grete Soares Pflueger, da Universidade Federal do Maranhão, e Marcos Cereto, criador do NAMA e professor da UFAM, destacaram a diversidade da região, o que exige soluções arquitetônicas adaptadas às realidades locais. A moderação do debate coube a Cristina Barreiros, doutora pela Universidade Federal Fluminense. O arquiteto e urbanista José Afonso Botura Portocarrero, conselheiro federal do CAU/BR pelo Mato Grosso, especialista em arquitetura indígena, fez uma apresentação online.

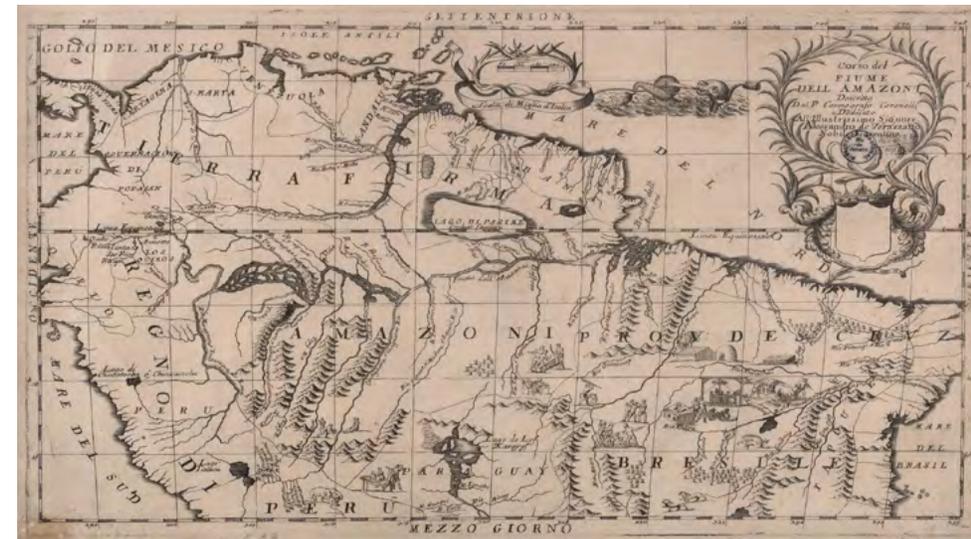
Entre outras ações, o NAMA guarda e pesquisa o acervo do arquiteto e urbanista Severiano Mario Porto, falecido em 2020. Conhecido como “Arquiteto da Amazônia”, ele foi responsável por conceber um modelo único de Arquitetura sustentável, que une técnicas desenvolvidas por ribeirinhos e caboclos com as mais modernas e inovadoras técnicas arquitetônicas.

Grete Pflueger, que é conselheira federal suplente do CAU/BR pelo Maranhão, lembrou que seu Estado é o único da região do Nordeste do Brasil a integrar a Amazônia Legal. “Nós estamos no estado de transição. Isso só prova como temos várias Amazonas dentro da Amazônia. Temos várias caracterizações de cidades diferentes”, disse. Depois de citar que São Luís, capital do Maranhão, é reconhecida pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade, Grete destacou a diversidade cultural da Amazônia Legal, que inclui as áreas de conservação da Amazônia Central; as expressões orais e gráficas dos índios do Pará e Amapá; alguns rituais de alguns povos indígenas do Mato Grosso; o Círio de Nazaré, manifestação religiosa católica no Pará; e o bumba-meu-boi do Maranhão, festa do folclore popular brasileiro.

Citando o professor José Antonio Vieira Pimenta, da Universidade de Brasília, Grete falou da importância de saber como o mundo vê a Amazonia e como a região é mostrada ao mundo. Segundo ela, esse é um debate que permeia a palavra de vários pesquisadores. “Aqui eu uso palavras dele, um caleidoscópio de imagens multifacetadas sobre a Amazônia e seus habitantes, ou um conjunto de discursos e ações contraditórias que podem ser mobilizadas em função da circunstância, como nós queremos trazer a nossa imagem para o mundo, projetar a Amazônia para o mundo?”, perguntou, acrescentando que alguns dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

(ODS) contemplam temas ligados às águas, às cidades e ao meio ambiente.

Segundo ela, o fato de Belém, capital do Pará, ter sido a cidade escolhida para sediar a COP 30, em 2025, indica a importância da Amazônia para o Brasil e para o mundo. “A Amazônia não só está em debate, como nós precisamos refletir sobre essa imagem, e sobre a construção dessa imagem que de fato somos”, defendeu. E o Maranhão, como mostram os mapas cartográficos, faz



parte da Amazônia desde o século XVI, explicou Grete. A cartografia mostra a importância dessas conexões das águas, que são tão debatidas hoje em dia, para a formação das cidades amazônicas. “É por essa razão que São Luís foi inscrita pela Unesco em 1997 como patrimônio da humanidade, pelo seu conjunto arquitetônico, pela relação da cidade, pelos rios, e pelo conjunto da arquitetura colonial portuguesa”, comentou.

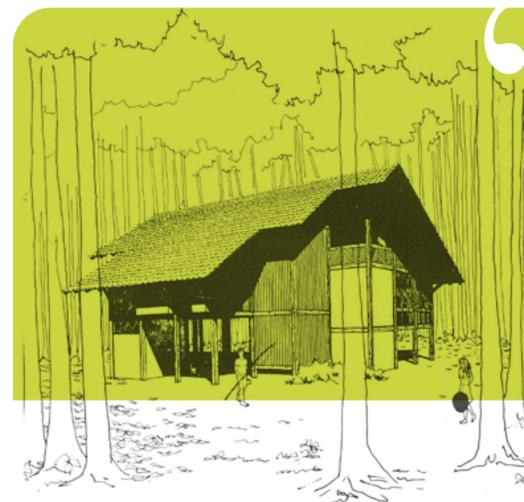
Na Universidade Estadual do Maranhão, diz Grete,



“nos dedicamos, em grande parte, a pesquisa desse patrimônio da arquitetura colonial, mas também de todo processo de expansão urbana da década de 50, e da arquitetura moderna da Amazônia”. Uma das linhas de pesquisa, explicou a professora, estuda a relação da ilha de São Luis com o urbanismo das águas e cidades portuárias. “Também desenvolvemos uma pesquisa com ações de pesquisa e extensão sobre arquitetura e urbanismo colonial, e urbanismo ancestral, quais são as heranças, as três heranças que recebemos dos três povos, dos europeus, dos indígenas, e os africanos, hibridizando o caráter da nossa arquitetura reconhecida pela Unesco.

Na área dos Lençóis Maranhenses, explicou Grete, está sendo realizada uma pesquisa sobre tecnologia de habitações sazonais e o uso da palha. “São esses ancestrais indígenas que precisam ser catalogadas, compreendidas e estudadas”, argumentou. O objetivo é identificar e mostrar o habitat urbano e rural do Maranhão, formas de produção e uso da moradia popular tradicional maranhense. “Ela vai resgatar todo nosso material, reconhecendo o valor dessas pesquisas sobre técnicas ancestrais. Nós estamos refletindo sobre quais as heranças ancestrais, das técnicas, das tipologias indígenas, africanas, europeias, da arquitetura colonial portuguesa, foram apropriadas no nosso urbanismo, na nossa arquitetura, na nossa cultura do Maranhão”, finalizou.

“O imaginário da Amazônia intocada está superada, conforme pesquisas recentes. Nos interessa mostrar a Amazônia urbana”, afirmou Marcos Cereto. “Severiano Porto nos ensinou a integrar o artesanal e o industrial na Arquitetura, nos aproximando dos povos originários na construção da floresta.”



“Severiano Porto nos ensinou a integrar o artesanal e o industrial na Arquitetura, nos aproximando dos povos originários na construção da floresta.”



região”, explicou. Para Cereto, o objetivo das pesquisas desenvolvidas pelo NAMA é identificar e interpretar as boas práticas arquitetônicas nesse território ocupado há mais de 12 mil anos, com arquiteturas que possibilitam a manutenção do meio ambiente, da água pura e do solo permeável. “Como podemos manter isso e garantir a qualidade de vida a cerca de 28 milhões de habitantes? Se o ouro e a madeira são atualmente os objetos de desejo, há outras riquezas de maior valor: a pesquisa em prol das novas descobertas a serem realizadas com a integridade das florestas. Esse mundo das águas com mananciais e rios constrói uma paisagem circulada, contribui com o equilíbrio climático e são determinantes na infraestrutura amazônica”.

Se o rio Amazonas é o mais volumoso do mundo, o que falar sobre o fenômeno dos rios voadores, questionou Cereto? “Em 2019, fizemos uma exposição em Paris com a contribuição da arquitetura a este fenômeno. Há mais água na atmosfera do que nos nossos rios. Nessa imensidão territorial da Amazônia Legal, aproximadamente 60% do território nacional, devemos incentivar ações responsáveis com o meio ambiente. Se o imaginário sobre a Amazônia intocada já está superada nos estudos recentes, uma comprovação da ação do homem na construção da floresta como a conhecemos na atualidade, interessa apresentar uma Amazônia urbana, objeto de ação direta dos arquitetos enquanto campo de atuação”, propôs.

Cereto afirmou que a contribuição profissional dos arquitetos para a preservação da Amazônia pode ser dar, por exemplo, por meio da arquitetura anfíbia, que considere nos projetos a realidade social, econômica e geográfica local. “A dinâmica da vida ribeirinha dos municípios do interior do Amazonas inspira novas simulações, com as tecnologias disponíveis, o que podem contribuir com uma revisão da legislação”, disse ele, que citou o exemplo de Iranduba, município com cerca de 50 mil moradores

Cereto começou sua apresentação com a pergunta qual o papel da arquitetura para a preservação da Amazônia? Questão para a qual ele apresentou a seguinte resposta: “Acredito sim no protagonismo dos arquitetos para a permanência do nosso principal bioma. A arquitetura é importante e precisa ser considerada nas discussões climáticas”, afirmou ele, lembrando que o tema já estava presente no livro “Vers une architecture” (Por uma arquitetura), de Le Corbusier, publicado em 1923 e que pautou a mudança dos rumos da arquitetura no século XX. “Atualmente, podemos questionar se haverá arquitetura sem a Amazônia. É necessário identificar princípios projetuais consagrados para auxiliar os nossos projetos”, disse ele, que compartilhou experiências realizadas pelo NAMA durante a pandemia.

Segundo ele, não existe uma unidade social geográfica ou arquitetônica na Amazônia Legal. “A região é uma colcha de retalhos, rica em diversidades. Seria pretensioso imaginar uma única solução arquitetônica para a

em frente a Manaus, na outra margem do Rio Negro. Iranduba vivia da conexão com balsa com Manaus para conectar as duas margens do rio. Com a construção da ponte entre duas cidades, a conexão fluvial perdeu a vitalidade, comprometeu a sustentabilidade econômica e ocasionou diversos problemas sociais e de infraestrutura.

“Curiosamente, as arquiteturas institucionais na localidade não são anfíbias, e sofrem com o regime das cheias e vazantes dos rios, com interrupções das atividades em parte do ano. Enquanto em Manaus as margens do Rio Negro são constituídas por barrancos que asseguram uma determinada proteção urbana, em Iranduba não há proteção geográfica para a subida de até 12 metros no rio, a cheia ocorre anualmente, e deveria ser considerada como uma rotina, com soluções arquitetônicas e urbanas, mas, politicamente, é considerado como uma emergência”, afirmou Cereto. O estudo sobre Iranduba, citado por ele, foi da arquiteta Bianca Andrade ao concluir a graduação em 2020, que apresentou uma análise urbana das cheias do Rio Negro em Iranduba.

Cereto disse que são gastos, anualmente, pelo governo do estado do Amazonas, cerca de R\$ 20 milhões (US\$ 4 milhões) com os municípios que decretam o regime de calamidade pública com as cheias dos rios. “Boa parte dessa verba é utilizada para compra de madeira sem licitação para construção de marombas, pontes sobre as águas”, detalhou. O estudo preliminar feito pelo NAMA apresenta uma proposta de uma escola municipal a partir do conceito de arquitetura anfíbia. “Considerando a tábua de medição das cotas de cheias e vazantes do Rio Negro, realizadas pelo Porto de Manaus, desde 1902, houve uma cheia cêntrica no século XX, no ano de

1953. Somente na última década ocorreram outras duas enchentes, maiores do que a registrada em 1953. Essa perspectiva determina a necessidade de enfrentarmos a problemática do edifício sobre as águas como possibilidade frente as mudanças climáticas e também pela preservação da cultura ribeirinha, nas palafitas e flutuantes em extinção em Manaus”, explicou.

A arquiteta Gabriela Pinto, contou Cereto, realizou um espaço cultural na mesma localidade com o objetivo da qualificação ambiental e social, além da utilização de técnicas construtivas, com manejo sustentável da madeira. Vale ressaltar, afirmou ele, a descontinuidade no uso da madeira no Amazonas, com limitações impostas ao manejo artesanal, em contraponto ao industrial, ocorridos na década de 90, com a legislação ambiental do Brasil. “A implantação palafítica considera o regime das cheias, e garante a utilização do edifício ao longo do ano, além disso, facilita a mobilidade dos usuários e das comunidades adjacentes com o uso de barcos. A crítica a legislação ambiental é propositiva, com uma arquitetura com soluções de infraestrutura alternativa, a de geração de energia, controle, consumo de água e tratamento alternativo de esgoto”.

A segunda experiência relatada por Cereto foi relacionada ao posicionamento social para emergências, realizada em parceria com pesquisadores da Universidad Nacional de Asunción, do Paraguai. Entre 2014 e 2015, explicou, foram realizadas atividade emergencial para situação da população em áreas inundadas pelas cheias do rio Paraguai, nas proximidades de Asunción. O projeto reutilizou peças de descarte da indústria, com outras de baixo custo, para a construção de pontes flutuantes,

para circulação da população nas áreas inundadas, de forma a garantir o direito de ir e vir em suas moradias. “A elaboração de um manual livre com detalhes construtivos possibilitou a construção das pontes e a ação dos arquitetos contribuiu para minimizar os impactos das cheias do Paraguai”, explicou.

Em 2021, lembrou Cereto, Manaus estava no noticiário internacional pela falta de oxigênio, mas também pelos impactos de uma cheia de exceção, com significativo impacto na vida urbana. “O rio atingiu a cota 30,02 metros, a mais alta na medição realizada desde 1902. O NAMA, em parceria com pesquisadores do Paraguai e de São Paulo, discutiu a possibilidade de implantação das pontes flutuantes para auxiliar nas enchentes amazônicas. Questões específicas do período pandêmico de adaptação aos leitos dos rios dificultaram a realização. Mas o elemento utilitário foi transformado em obra de arte, na exposição Arte e Floresta do Museu da Amazônia. A obra é um manifesto dos três coletivos quanto os gastos emergenciais nas cheias amazônicas, e a necessidade de encontrarmos soluções arquitetônicas aos problemas recorrentes”.

A moldagem, segundo Cereto, foi feita no lado das vitórias régias no Museu da Amazônia e possibilitou reflexões sobre a reutilização de elementos de descarte do polo



industrial de Manaus. “Os problemas estruturais de uma sociedade e de um país se resolvem com propostas arquitetônicas capazes de gerar soluções concretas e duradouras. Acreditamos que diante de necessidades tão básicas de infraestrutura, arquitetos e demais profissionais devem se comprometer, se envolver de forma prática, unindo forças e trabalhando em parceria com as comunidades para provar que, apesar dos recursos econômicos escassos, é possível realizar ações que pareçam improváveis”.

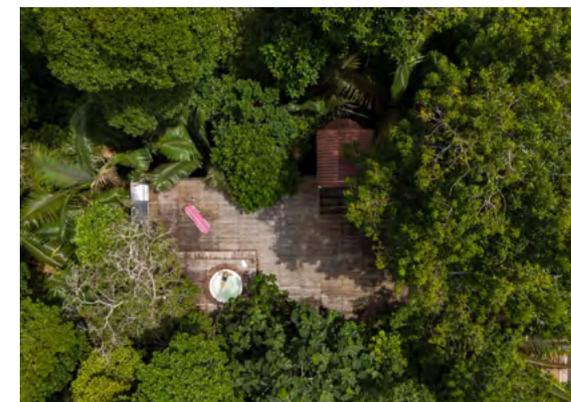
A terceira e última experiência apresentada por Cereto foi a arquitetura resiliente na Amazônia, uma instauração realizada em 2021 na Bienal de Arquitetura e Urbanismo de Seul, capital da Coreia do Sul.

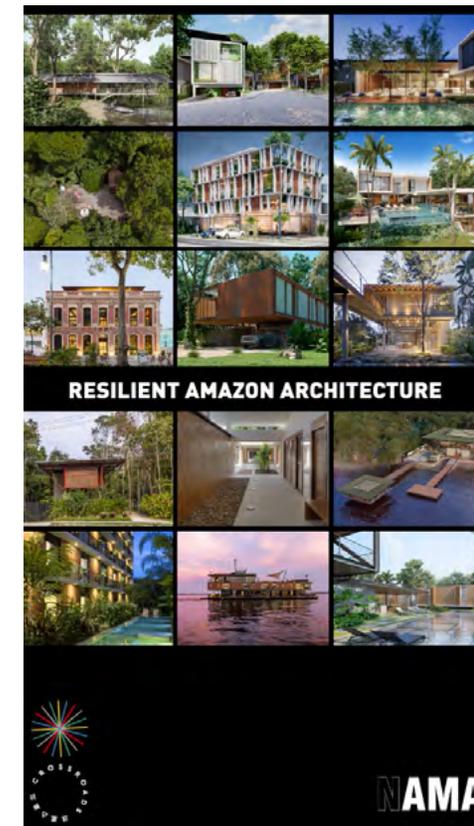
O NAMA apresentou uma proposta para exposição de cidades resilientes, foi selecionado entre mais de 1.100 cidades de todos os continentes. Manaus é a principal cidade da Amazônia internacional, cerca de 2,5 milhões de habitantes, na confluência dos rios Amazonas e Solimões. Hoje, a cidade está na encruzilhada entre a floresta e a indústria, abrigando o maior polo eletrônico da América Latina, com o estado do Amazonas tendo 94% de seu meio ambiente preservado. “Essa resiliência da floresta se deve em parte à Zona Franca de Manaus (polo industrial da cidade), com sustento econômico do estado do Amazonas, e a concentração da atividade industrial na capital”, afirmou ele.

Nessa união de culturas, reforçou Cereto, é preciso reconhecer a resiliência das arquiteturas dos povos originários, com a utilização de uma grande cobertura, que abriga do sol e protege das chuvas, com revestimentos biodegradáveis que possibilitam o edifício respirar. “Da mesma forma, precisamos reconhecer a importância da arquitetura moderna na Amazônia, como mais um componente nessa mistura, a Amazônia também é moderna. Severiano Porto (falecido em 2020) nos ensina sobre a possibilidade de unirmos esses dois mundos, sem preconceitos. A sua obra é um farol para a arquitetura brasileira. O arquiteto da floresta nos ensinou a integrar o artesanal e o industrial na arquitetura”, resumiu.

Na exposição, explicou ele, essa lição é representada na proposta expositiva com os produtos gerados pela floresta em Manaus. “Os nossos frutos são, além do cupuaçu, açaí, entre tantos outros, também os componentes gerados pelas indústrias de Manaus que permitem a manutenção da nossa floresta. Esta relação entre o natural e o social nos aproxima aos povos originários na construção da floresta como reconhecemos na atualidade”, defendeu Cereto. A instalação destacou arquiteturas recentes em Manaus, comprometidas com o legado precedentes em diálogo com a industrialização, com o objetivo de contribuir com a apresentação da floresta.

Segundo ele, as imagens da instalação foram transmitidas ao interior do museu de Seul, com um novo projeto museográfico. “Como podemos garantir um equilíbrio





entre a floresta e a infraestrutura urbana para a Amazônia urbana? É necessário reconhecer os novos meios disponíveis, com a utilização de materiais e técnicas adequadas ao projeto. Uma arquitetura de pertencimento, associada aos manauaras (quem nasce em Manaus), aliada ao seu povo e a sua geografia, construindo, com a floresta, uma nova lógica de desenvolvimento e prosperidade. Uma arquitetura resiliente que valoriza a implantação do edifício no terreno, considera as especificidades do lugar, o uso correto das tecnologias adequadas à Amazônia, considerando o equilíbrio climático, a redução da pegada de carbono, os recursos naturais e industriais disponíveis. Na utopia proposta pelo NAMA, a arquitetura e a floresta equatorial estão conectadas, elas pertencem ao lugar, são indissociáveis”, resumiu.

Durante as apresentações, a arquiteta Cristina Barreiros, conselheira federal do CAU/BR, representando Rondônia, moderadora, destacou a diversidade dos biomas brasileiros e o desenvolvimento de soluções arquitetônicas locais. “Claro que nós estamos abertos a soluções e ajuda de fora, mas nós temos também o que ensinar. E eu acho que esse resgate que o NAMA faz é justamente dos profissionais e da boa arquitetura que tem sido feito aqui na Amazônia. A gente, e aqui eu me incluo, a gente se considera arquitetos peregrinos, nem sempre nós nascemos ou nós criamos aqui, mas aqui na Amazônia é o nosso local, o local que nos define, porque aqui que a gente fez toda a nossa história profissional, estrutura de vida e de famílias.



Centro Sebrae de Sustentabilidade (CSS), em Cuiabá, vencedor do prêmio BREEAM Awards 2018



Casa Kamaiurá: "paredes que respiram", com camadas de palha



Maquete da Casa Paresí, residência de porte médio no cerrado do Mato Grosso



Projeto da escola do SESC Poconé: aspectos da praça circular com prédios em volta, oportunizando às crianças a familiarização com o desenho da aldeia

Arquitetura indígena e as soluções de uma tecnologia ancestral

O conhecimento indígena aplicado à arquitetura é uma riqueza cultural subestimada e cabe aos arquitetos contemporâneos preservar este legado ancestral. A sentença resume o que pensam alguns dos principais arquitetos contemporâneos, como foi Paulo Mendes da Rocha. Logo após receber o Prêmio Prietzker, em 2006, ele declarou em entrevista que "o colonialismo produziu horrores porque não soube ler a experiência dos nativos". A afirmação foi resgatada pelo arquiteto e urbanista José Afonso Botura Portocarrero durante sua palestra sobre a arquitetura indígena no Seminário Amazônia 2040.

"Uma oca ianomami é uma excelência construtiva: madeiras tensionadas, peças que trabalham sob tensão, aquela oca circular aberta no meio para o fogo, para poder haver uma fogueira, indispensável para tudo. Um fogo só para a aldeia toda. Esse fogo coletivo, essa oca, é constituída de madeira cravada, envergada, tensionada, com um perímetro interno que é uma praça interna de tensores com cipó e madeira cravada no chão. É uma maravilha de construção", afirmou Mendes da Rocha, em outro trecho da entrevista.

"Paulo Mendes nos instiga a olhar para essa arquitetura e interpretar o que ela está nos dizendo", afirma Portocarrero. Autor do livro "Tecnologia indígena em Mato Grosso: Habitação", o arquiteto é um entusiasta da valorização da arquitetura indígena como patrimônio ancestral brasileiro e também é conselheiro federal do CAU Brasil pelo estado do Mato Grosso. Sua participação na mesa 4 foi online.

Em sua apresentação durante o seminário Amazônia 2040, Portocarrero apresentou alguns dos seus projetos inspirados no desenho na construção de aldeias e casas tradicionais. "Minha intenção é estabelecer uma ligação do desenho ancestral com o que a gente pode fazer hoje, observar como ele é contemporâneo e representa o respeito aos povos indígenas", disse.

O arquiteto encerrou sua apresentação citando o filósofo português Eduardo Lourenço, para quem "o futuro do passado está confiado à nossa guarda". "Temos o compromisso de olhar pra frente e avançar com este desafio", disse o arquiteto.



Severiano Porto, o arquiteto da floresta



Em 2023 faz 60 anos que o arquiteto Severiano Mário Porto esteve pela primeira vez em Manaus, capital do Amazonas. Chegou à cidade com a família para um período de férias, após ter ganhado as passagens de amigo cujo pai trabalhava numa companhia de aviação. “Escolhi Manaus porque era o lugar mais longe que imaginei”, afirmou ele em entrevista à revista Projeto em novembro de 2020. Mudou-se para a cidade a convite do governo estadual e ali desenvolveu um estilo arquitetônico único.

Severiano nasceu em Uberlândia (MG) em 19 de fevereiro de 1930, mas mudou com a família aos cinco anos para o Rio de Janeiro, capital do Brasil na época. Na cidade se graduou em arquitetura pela Universidade do Brasil. Mundialmente conhecido como o “arquiteto da floresta”, ou “arquiteto da



Sede da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus)

Amazônia”, ele foi responsável por conceber um modelo de arquitetura amazônica e sustentável, que une técnicas desenvolvidas por ribeirinhos e caboclos com as mais modernas e inovadoras criações.

Depois de premiado na Bienal Internacional de Arquitetura de Buenos Aires, em 1985, ele alcançou renome internacional, o que é confirmado em 1987, quando é homenageado como o homem do ano pela revista francesa “L’Architecture d’Aujourd’hui”.

Entre os projetos desenvolvidos no Amazonas estão o Estádio Vivaldo Lima, 1965, e o restaurante Chapéu de Palha, de 1967, ambos já demolidos. Em 2016, por iniciativa da Assembleia Legislativa do Amazonas, com envolvimento do CAU/AM, diversas de suas obras foram tombadas, por seu interesse arquitetônico, histórico e cultura. Entre elas, está o Fórum Henoch Reis, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-AM), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus, o Banco da Amazonia e o Centro de Proteção Ambiental (que faz parte do complexo da Hidrelétrica de Balbina, na cidade de Presidente Figueiredo), hoje em ruínas.

Presidente-fundador do IAB do Amazonas, em 1976, e um dos fundadores da AsBEA (Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura), Severiano foi professor de arquitetura e urbanismo na Faculdade de Tecnologia da Universidade do Amazonas, de 1972 a 1998. Depois de 36 anos vivendo em Manaus, o arquiteto retornou ao Rio de Janeiro e transferiu o escritório para Niterói, onde passou a morar. Em 2003 recebeu o título professor honoris causa da Universidade Federal do Rio de Janeiro – URFJ.

Severiano, que morreu em 2020 vítima da Covid-19, se destacou no cenário arquitetônico nacional pela obra construída no Amazonas desde os anos 1960, sendo cultuado desde 1980 como um arquiteto regionalista que sabe aproveitar de

forma criativa os materiais e os costumes do lugar. “Mais conhecida pela valorização e o uso da madeira amazônica bruta, a sua obra, entretanto, não se restringe a esse material. A atenção dada às condições específicas da região não impede que ele utilize outros elementos e técnicas construtivos, como o alumínio, o cimento amianto, o concreto e o aço”, conforme a Enciclopédia Itaú Cultural.



Centro de Proteção Ambiental (Baldina), hoje em ruínas



Centro de Preservação Ambiental de Balbina

MODERADOR



Cristina Barreiros - arquiteta e urbanista, com doutorado pela Universidade Federal Fluminense na área de Ordenação Territorial Ambiental Urbana e mestrado em Estruturas Ambientais Urbanas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especialista em reabilitação ambiental urbana e paisagística pela Universidade Nacional de Brasília, em Design Estratégico pelo Instituto Europeo di Design- CRIED. Conselheira federal do CAU/BR, representando Rondônia, coordenadora adjunta da Comissão de Exercício Profissional.

PALESTRANTES



Marcos Cereto - arquiteto e urbanista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde fez seu doutorado, e criador do Núcleo Arquitetura Moderna da Amazônia (NAMA). Professor e pesquisador da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), é líder do grupo de pesquisas CNPq AMA, Arquitetura Moderna da Amazônia.

 APRESENTAÇÃO



Grete Soares Pflueger - arquiteta e urbanista, professora da Universidade Federal do Maranhão, com doutorado em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011) e mestrado em Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal de Pernambuco (2002). Integrante do NAMA. Conselheira federal suplente do CAU/BR pelo Maranhão.

 APRESENTAÇÃO



Mesa 4



Grete Pflueger, conselheira suplente do CAU Brasil (MA)



Apresentação do Boi Garantido, personagem do folclore amazense, durante o Seminário Amazônia 2040



Marcos Cereto, professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM); Ana Cristina Barreiros, conselheira do CAU Brasil (RO); e Grete Pflueger, conselheira suplente do CAU Brasil (MA)



José Gerardo da Fonseca Soares, conselheiro federal do CAU Brasil (PI); Maria Elisa Baptista, presidente do IAB; Nadia Somekh, presidente do CAU Brasil; Jean Faria, presidente do CAU/AM; e José Akel, presidente do CAU/PA



Participantes



Jean Faria, presidente do CAU/AM; e José Akel, presidente do CAU/PA



Participantes



José Gerardo da Fonseca Soares, conselheiro federal do CAU Brasil (PI)



Nadia Somekh, presidente do CAU Brasil



Marcos Cereto, professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

ENCERRAMENTO



Amazônia e saberes ancestrais

Na mesa de encerramento “Seminário Projeto Amazônia 2040 – Arquitetura e Urbanismo para um Futuro Sustentável”, na tarde do dia 8, a presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, Maria Elisa Baptista elogiou a qualidade das apresentações. “Ouvi diagnósticos propositivos que vão da escala dos corpos até a escala do continente. Muita coisa nos assusta, mas também nos dá coragem. Há muito a fazer, e isso já é o suficiente para viver”, disse.

“Muitas coisas que aprendi hoje precisam ser mais divulgadas. Os brasileiros e o mundo não conhecem a Amazônia”, afirmou o conselheiro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil José Gerardo Fonseca, coordenador-adjunto da Comissão de Relações Institucionais. “Precisamos dos saberes ancestrais.”

O coordenador da Comissão de Política Urbana e Ambiental do CAU Brasil, conselheiro Ricardo Mascarello, fez questão de lembrar que o Projeto Amazônia 2040 está sendo construído a várias mãos. “Saímos daqui com desafios, mas criamos um caminho e temos perspectivas futuras a partir das contribuições que recebemos hoje”, disse.

O presidente do CAU do Pará, José Akel, propôs que os temas debatidos no evento gerassem uma proposta política. “Nós precisamos levar essas informações para quem pode ajudar no desenvolvimento desse processo, que são nossos representantes eleitos”, afirmou.

A presidente do CAU Brasil, Nadia Somekh, concordou que os conteúdos apresentados serão muito importantes para a participação dos arquitetos e urbanistas brasileiros no UIA2023CPH. “Sintam-se todos a caminho de Copenhague, com tudo que propuseram aqui”, afirmou.



**RELATÓRIO DO SEMINÁRIO PROJETO
AMAZÔNIA 2040**

Fevereiro de 2023

Supervisão: Júlio Moreno - Assessoria de Comunicação

Social

Editor:

Edição de Texto:

Organização:

Revisão:

Diagramação:

Foto de Capa:

Projeto Gráfico:





